

A AMAZÔNIA AZUL E OS DESAFIOS PARA A DEFESA NACIONAL NO SÉCULO XXI

Wilson Pereira de Lima Filho*

Resumo

Há muito tempo o governo brasileiro vem relegando a um plano secundário os assuntos relacionados à Defesa. O território nacional, componente pétreo e indivisível do Estado, engloba também o mar territorial, mas a sua jurisdição vai muito mais além. Nas águas jurisdicionais brasileiras, possuímos riquezas incomparáveis a preservar e proteger. Este patrimônio nacional é conhecido como Amazônia Azul. As riquezas nela existentes e o fato de 95% das exportações brasileiras dependerem do transporte marítimo demonstram sua estreita ligação com todas as expressões do Poder Nacional. A descoberta de petróleo na camada do pré-sal teve a função de potencializar ainda mais a importância do mar para o nosso país. Nos últimos anos, o governo vem atribuindo alguma prioridade aos assuntos de Defesa, levando o inventário das Forças Armadas a uma situação crítica e incompatível com as dimensões estratégicas do Brasil. Por outro lado, o pré-sal e as riquezas da Amazônia Azul podem gerar a cobiça por parte de atores estatais ou não, e o aumento do tráfego marítimo pode criar situações favoráveis à pirataria e crimes transnacionais, entre outras das chamadas novas ameaças. No final de 2008, foi aprovada a Estratégia Nacional de Defesa com o objetivo de preencher uma lacuna nos temas relacionados à Defesa no país. Planos de articulação e equipamento foram elaborados. Todos estes aspectos ocasionarão uma série de mudanças que implicam inúmeros desafios a serem vencidos, especialmente no tocante à garantia da soberania do Estado brasileiro na Amazônia Azul. Este é o foco principal deste trabalho.

Palavras-chave: Amazônia Azul. Defesa. Estratégia. Marinha. Novas Ameaças. Orçamento. Poder Nacional. Poder Naval. Submarino Nuclear.

* Contra-Almirante da Marinha do Brasil, Diretor dos Cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra (ESG) e Assistente da Marinha do Comando da ESG.

Abstract

During the last decades, the Brazilian government has neglected issues related to national defense. The national territory, trade mark of Brazilian sovereignty, includes the Brazilian territorial waters, possessing incomparable wealth to preserve and protect. This Brazilian heritage at sea is known as Blue Amazon. The richness that exists within it and the fact that 95% of Brazilian exports depend on the shipping make the use of the sea relates be related to all the expressions of National Power. The discovery of oil in the pre-salt comes to enhance the importance of the sea for our country. In recent years the government has been giving low priority to defense matters, taking inventory of the Armed Forces to a critical situation and inconsistent with the strategic dimensions of Brazil. In contrast, the pre-salt and the richness of the Blue Amazon Blue can generate greed on the part of state actors, and the increase in maritime traffic can create favorable conditions for piracy and transnational crimes, among other so-called new threats. In late 2008, it was approved the National Defense Strategy that comes to fill a gap in defense issues in Brazil. Plans for articulation and equipment of armed forces have been prepared. A new paradigm is emerging. All these aspects will cause many changes in military structure and it will bring in numerous challenges to overcome, especially regarding to the guarantee of sovereignty in the Blue Amazon. This is the main focus of this work.

Keywords: Blue Amazon. Budget. Defense. New Threats. National Power. Navy. Nuclear Submarine. Power Naval Strategy.

1 INTRODUÇÃO

A capacidade de alcançar a Força que desejamos será tão maior quanto assim o forem a união, a determinação e a sintonia dos diversos setores. Tenho plena confiança de que, com a ajuda de todos, conseguiremos manter a Marinha no patamar de prestígio, respeito e destaque que merece.

Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura
Neto- Comandante da Marinha

O alvorecer do século XXI traz em seu bojo uma nova realidade.² Várias são as mudanças no cenário geopolítico, com desdobramentos importantes para as políticas nacionais. As ocorrências que marcaram as últimas décadas, como a queda do muro de Berlim e o desmantelamento da União Soviética, fizeram florescer essa nova ordem mundial pós-moderna, caracterizada pela multiplicidade de conflitos localizados. A partir da década de 90, o contexto mundial se tornou mais complexo, com um incremento no número de conflitos de baixa intensidade, sejam eles regionais, étnicos ou religiosos.

Hoje, os conflitos, em sua maioria, deixaram de existir entre atores estatais e, desde a ocorrência do ataque terrorista às Torres Gêmeas de Nova Iorque em 11 de setembro de 2001, novos paradigmas de segurança foram estabelecidos e houve um realinhamento mundial em torno das novas ações preventivas antiterrorismo determinadas pelos Estados Unidos da América (EUA). A atual conjuntura internacional aflora em cenário difuso e imprevisível. A globalização nos impõe uma nova realidade, beneficiando as nações mais ricas e poderosas. A hegemonia americana, permeada por uma multipolaridade (unimultipolaridade³), se mantém, apesar do despontar de novos atores importantes como a China. A sensação de insegurança levou alguns países a repensar suas políticas de defesa, inclusive na América do Sul (ZAKARIA, 2008).

Neste complexo e incerto panorama, aos nos debruçarmos sobre a imensidão do território nacional, identificamos uma área ainda pouco valorizada pelos brasileiros, mas fundamental para a economia e a defesa nacional: o mar que nos pertence. Este mar está relacionado com todas as expressões do Poder Nacional⁴, gera empregos, alimentos, riquezas, transporte, energia, além de ser a nossa última fronteira.

2 Todos os dados deste estudo correspondem ao ano de sua escritura- 2010.

3 A característica central do atual sistema internacional é a existência de uma só superpotência, os EUA, dotada de incontestável supremacia econômica, tecnológica e militar. Tal supremacia lhe confere um inigualado poder de intervenção, sem, entretanto, lhe proporcionar completa unipolaridade. A essa situação, Samuel Huntington denominou “unimultipolaridade”.

4 Segundo a doutrina da Escola Superior de Guerra, as expressões do Poder Nacional são as seguintes: política, militar, psicossocial, econômica, e ciência/tecnologia.

Em consonância com a teoria de Malthus⁵, a população cresce desordenadamente e a escassez, cada vez mais, se transforma em ameaça latente à sobrevivência da população mundial, ameaça essa que pode ser resumida em três vetores principais: alimentos, água e energia. O Brasil apresenta um potencial ímpar nas três vertentes apresentadas, sendo a recente descoberta de petróleo na camada do pré-sal um fato portador de futuro com possibilidade de apresentar diversos e importantes desdobramentos prospectivos e estratégicos deste século.

O mesmo mar, que alimenta e sustenta, pode ser motivo de cobiça e o palco de batalhas sangrentas e intermináveis. A história ratifica tal afirmação. O mar de todos os brasileiros será o foco do presente trabalho, que tratará deste patrimônio nacional, denominado Amazônia Azul.

Apesar de inúmeros autores já terem se debruçado sobre o tema, julgo relevante apresentar uma abordagem diferenciada, em que se estuda o relacionamento intrínseco existente entre as capacidades de garantir a defesa dos interesses do Brasil no mar, o entorno geopolítico brasileiro e a recente Estratégia Nacional de Defesa.

2 A AMAZÔNIA AZUL

2.1 DEFININDO AMAZÔNIA AZUL

O termo Amazônia Azul foi usado pela primeira vez pelo ex-Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, quando, na ocasião, estabeleceu uma equiparação entre a área, biodiversidade e riquezas da Amazônia brasileira e nossas águas jurisdicionais marítimas (VIDIGAL, 2006). Ressalte-se que a Política de Defesa Nacional (PDN), em seu capítulo seis, já oficializa o termo supramencionado: “A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar permitiu ao Brasil estender os limites da sua Plataforma Continental e exercer o direito de jurisdição sobre os recursos econômicos em uma área de cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, região de vital importância para o País, uma verdadeira ‘Amazônia Azul’”⁶.

5 Economista britânico que, em suas obras, considerava o excesso populacional como a causa de todos os males da sociedade, justificando sua teoria pela premissa que a população cresce em progressão geométrica e alimentos em progressão aritmética.

6 Política de Defesa Nacional, item 4.5.

A Amazônia Azul possui uma área de 4.411.000 km², que abarca o mar territorial, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE)⁷ e a plataforma continental. A PDN é bem clara quanto à sua importância. O documento enfatiza: “Em virtude da importância estratégica e da riqueza, a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional”. A Amazônia Azul engloba o acesso ao Rio Amazonas e a todos os 30 portos marítimos do país (Anexo A), incluindo inúmeras ilhas oceânicas de caráter estratégico como a Ilha de Trindade, Arquipélago de Fernando de Noronha, Penedo de São Pedro e São Paulo e o Atol das Rocas.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), que regula o direito de exploração dos fundos dos oceanos, permitirá que seja acrescida ao Brasil uma área marítima de grande magnitude. Em seu artigo 76, a CNUDM estabelece que a plataforma continental de um Estado costeiro abarca o leito e o subsolo das áreas submarinas que ultrapassam o limite de seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até o limite exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância onde está aberta”.

Contudo, aquela definição de plataforma continental apresentada na CNUDM permitiu o surgimento de um novo conceito, revestindo-se de um entendimento jurídico ou legal. Os estados costeiros puderam submeter suas novas propostas de limite exterior à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) até 13 de maio de 2009, sendo que o Brasil já depositou sua sugestão proposta naquele órgão da Organização das Nações Unidas em 2004 e aguarda a análise e deliberação (VIDIGAL, 2006).

Os limites das águas jurisdicionais brasileiras, acordados em tratados multilaterais, garantem direitos econômicos, porém explicitam

7 Zona Econômica Exclusiva é o espaço marítimo para além dos limites do mar territorial (12 milhas náuticas), no qual o Estado tem prerrogativas na utilização dos recursos, tanto vivos como não vivos, e responsabilidade pela sua gestão. A ZEE é delimitada, em princípio, por uma linha situada a 200 milhas da costa, mas pode ter uma extensão maior, de acordo com a da plataforma continental. Alguns autores latino-americanos costumam chamar a ZEE, também, de “Mar Patrimonial”.

a séria contrapartida de assumir os deveres e as responsabilidades de ordem política, ambiental e de segurança pública sobre a referida área. Após o término de todo esse processo de redimensionamento da plataforma continental, as águas jurisdicionais do Brasil poderão totalizar cerca de 4,5 milhões de km² de área marítima, englobando a ZEE e a nova Plataforma Continental. O imenso patrimônio, a ser acrescentado ao inventário do nosso país, potencializa a necessidade de ampliarmos nossas capacidades para explorar e proteger os recursos aí existentes, assegurando, assim, os nossos interesses nessa imensa área marítima (CAROLI, 2008).

Um aspecto importante e bastante recente é a resolução nº3, de 26 de agosto de 2010, da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar, que foi firmada por seu Coordenador na época o Comandante da Marinha. Por este documento, o Brasil tem o direito de avaliar previamente os pedidos de autorização para a realização de pesquisas na plataforma continental brasileira além das 200 milhas náuticas MN, tendo como base a supramencionada proposta de limite exterior encaminhada à CLPC. A decisão do governo brasileiro é justa, consonante com a legislação brasileira, e vem a ser uma ação firme e característica de um país soberano.



Figura 1: Águas Jurisdicionais Brasileiras

Fonte: Marinha do Brasil (DHN)

O aproveitamento dos recursos naturais existentes na massa líquida, solo e subsolo, de acordo com aquela Lei do Mar, é garantido ao nosso país, com graus de soberania e jurisdição na ZEE e na Plataforma Continental, além das 200 milhas marítimas, desde que o Brasil desenvolva projetos de pesquisa para o emprego sustentável desses recursos. Registre-se que foi concretizado, pela MB, o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (Projeto REVIZEE). Em continuidade a este programa, se julgou imprescindível uma ação permanente de monitoramento dos principais estoques pesqueiros, a fim de permitir a geração contínua de informações essenciais para a definição de política de pesca que possa assegurar a sustentabilidade da atividade. Com este propósito foi criado, em 2006, o Programa Ação para Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Marinhos (REVIMAR), sob a coordenação, agora, do Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), com a participação de inúmeras instituições, inclusive da MB (BRASIL, MMA/IBAMA, 2010).

2.2 AMAZÔNIA AZUL É UMA MARCA REGISTRADA

Em 29 de Janeiro de 2010, o presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Jorge Ávila, entregou ao Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, o certificado de registro da marca - Amazônia Azul. Tal acontecimento afiança à Marinha do Brasil (MB) o uso exclusivo.



Figura 2: Marinha recebe certificado da marca “Amazônia Azul

Fonte: Marinha do Brasil. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/nomar813>>

Na ocasião, foi reconhecido oficialmente que:

Um tesouro escondido no Oceano Atlântico, repleto de riquezas minerais e biológicas espalhadas por mais de quatro milhões de quilômetros quadrados. Este patrimônio nacional, ainda desconhecido por parte dos brasileiros, é a Amazônia Azul, maior do que a própria floresta Amazônica, e agora reconhecida como marca registrada da Marinha.

O presidente do INPI e o Comandante da Marinha destacaram, na cerimônia, a importância do registro da marca - Amazônia Azul -, considerando aspectos de segurança jurídica e de defesa deste território caracterizado por seu enorme potencial de desenvolvimento. Assim, desde essa certificação, o termo Amazônia Azul passa a ser de uso exclusivo da MB e consolida-se com a denominação do “Mar Brasileiro”.

Uma vez conhecidas as dimensões e as características da Amazônia Azul, inclusive as reais possibilidades de expansão desta área, dentro das regras estipuladas pela própria CNDUM, torna-se imprescindível analisar o “Mar Brasileiro” no contexto regional e internacional, com foco na maritimidade do país.

2.3 UMA VISÃO GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

A geopolítica permite-nos avaliar a inserção do Estado na política internacional, em função de suas peculiaridades geográficas. É o estudo da interdependência entre a geografia, a política e o poder. Vários são os fatos que podemos identificar no atual entorno geopolítico brasileiro, especialmente, naqueles em que pesem os aspectos concernentes às relações internacionais.

Antes de mergulhar numa análise geopolítica, faz-se necessário indicar um conceito intimamente ligado a esta ciência e pouquíssimo disseminado no Brasil: a Oceanopolítica. O Vice-Almirante Ilques Barbosa Junior em seu trabalho *A Importância do Atlântico Sul para a Segurança Nacional e Integração Regional*⁸ apresenta de forma clara e concisa

8 O trabalho foi publicado na Revista da Escola Superior de Guerra, v.23, n.48, p.43-94, ago/dez 2007.

a relevância deste conceito que permite o estudo da influência dos oceanos na política dos estados, tomando vulto nos países de vocação marítima como o Brasil. O conceito é amplamente empregado em outras nações sul-americanas como o Chile, a Venezuela, o Peru e a Argentina. (BARBOSA JUNIOR, 2007).

A Oceanopolítica remete-nos a entendimentos basilares, expostos por Alfred Tayer Mahan⁹, que defendeu a relevância do mar para o desenvolvimento das nações, lançando os fundamentos desta nova ciência. Na ocasião, Mahan advogava o valor do poder marítimo para a solidificação do progresso das nações, listando as seis principais fontes do poder marítimo: a posição geográfica, a configuração física, a extensão territorial, a população, o tipo de governo e o caráter do povo (MAHAN, 1949).

Assim, desde o século XIX, se estudavam os oceanos como meios essenciais para o desenvolvimento dos estados, alavancando o comércio marítimo entre as nações, com o conseqüente surgimento da necessidade de forças navais que assegurassem aos países o uso do mar. A teoria de Mahan, em alguns de seus aspectos, ainda é válida e nesse contexto, ao avaliarmos os seus seis pontos, constatamos que o Brasil carece de políticas governamentais adequadas na área de Defesa embora a sua população ainda não tenha consolidada sua mentalidade marítima e de defesa. No tocante à posição geográfica, configuração e extensão territorial e população, o Brasil é um país privilegiado.

A seguir, serão apreciados os principais atores capazes de interagir com o Brasil, em um panorama geopolítico no qual apresenta inúmeros interesses relacionados direta ou indiretamente com o Atlântico Sul. Os Estados Unidos da América (EUA) continuam a ocupar seu posto de potência hegemônica na arena internacional, inclusive nos mares, vivenciando um momento de mudanças radicais em sua política externa após a eleição histórica do Presidente Barak Obama. O país ainda sofre as conseqüências de uma ferida não cicatrizada: o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001. O interesse dos EUA no Atlântico Sul é notório. Destaque-se o papel que a porção

9 Geoestrategista americano, mais renomado pensador da guerra no mar e autor de inúmeros livros sobre o tema, sendo o mais conhecido *The Influence of Seapower upon History*.

meridional do Oceano Atlântico desempenhou durante a Segunda Guerra Mundial¹⁰.

Em 2008, a reativação da Quarta Frota americana causou ansiedade em alguns acadêmicos e cientistas políticos brasileiros. No entanto, para garantir seus interesses no Atlântico Sul, os EUA independem da existência de uma frota específica, tendo em vista a sua reconhecida mobilidade e capacidade de permanência em qualquer ponto do planeta. Os americanos argumentam que tal reativação visou a uma melhor organização administrativa, reduzindo as tarefas e áreas de atuação da Segunda Frota e repassando-as, em parte, para a recém-reativada Quarta Frota (TEMPO PRESENTE, 2010).

Alguns estudiosos associam tal decisão político-estratégica às recentes descobertas de vastos campos petrolíferos nas camadas pré-sal da ZEE brasileira. Contudo, permanecerá a dúvida se é uma mera coincidência ou não. Lembra-se que aproximadamente 50% do petróleo importado pelos EUA são provenientes da América Latina. Com ou sem Quarta Frota, o poder militar dos EUA vai aonde os seus interesses assim exigirem. A referida reativação indica que o Brasil deve estabelecer novas prioridades no trato dos assuntos de Defesa, especialmente, no tocante ao reaparelhamento da sua Força Naval.

A China apresenta um crescimento econômico surpreendente, aumentando sua influência em todas as partes do mundo. Estudiosos comentam a possibilidade de aquela potência asiática ameaçar a supremacia americana, podendo ser um dos agentes de transformação da atual unipolaridade em bipolaridade, em futuro não muito distante. Algumas empresas chinesas já estão atuando na Amazônia Azul, como a Sinochem Corporation que venceu a concorrência para participação em um campo petrolífero da empresa Statoil no Brasil. As chinesas CNOOC e Sinopec também fizeram oferta pela participação. A Sinopec, em abril de 2010, recebeu os direitos para explorar dois blocos petrolíferos na costa norte do país, segundo um acordo fechado com a Petrobras (UOL, 2010).

10 Durante a II Guerra Mundial, o Atlântico Sul foi um palco importante da Batalha do Atlântico. Dentre as batalhas navais, destaca-se o memorável confronto entre as forças navais da Grã-Bretanha e da Alemanha, que terminou com o afundamento do encouraçado alemão Graf Spee, no litoral do Uruguai.

Ainda no contexto do panorama internacional, a Coreia do Norte realiza experiências com armas nucleares, criando uma nova fonte de preocupação naquela conturbada região. O Oriente Médio continua a ser um grande foco de tensões na atualidade, tendo Irã, Iraque e Israel como principais protagonistas estatais. O recente apoio dispensado pelo governo brasileiro ao programa nuclear iraniano, que, a princípio, se destina a fins pacíficos, gera um impasse no cenário internacional. Portanto, o clima naquela distante, mas importante, região se tornou tenso com o ataque realizado por militares israelenses a uma frota internacional que trazia ajuda humanitária para a faixa de Gaza em 31 de maio de 2010 (UOL, 2010).

Na América do Sul, temos interesse em todos os atores, pois a nossa política é profundamente influenciada pelo ambiente em que o Brasil está inserido. A situação na Colômbia continua não resolvida, as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC) detêm posse de parte do território colombiano e os atentados terroristas continuam, tanto no interior como nos grandes centros. Representações das FARC já foram identificadas em vários países da região, inclusive no Brasil. Aqui, ficaram evidentes as ligações entre as FARC e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), tanto em Mato Grosso do Sul como em Alagoas (MONTFORT, 2010).

Está em fase de consolidação (2010), a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)¹¹, como uma evolução da agonizante Comunidade Sul-Americana das Nações (CASA), visando potencializar a integração regional. Estão sendo finalizadas as tratativas para a consolidação do Conselho de Defesa Sul-Americano, mecanismo que busca fomentar o intercâmbio no campo da segurança entre os países que compõem a UNASUL, tais como a elaboração de políticas de defesa conjunta, intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas de cada país e realização de exercícios militares conjuntos (ver figura 3).

11 A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) está constituída pelos doze países da América do Sul. Teve sua origem em 2004, com a criação da “Comunidade Sul-Americana de Nações”, na III Reunião de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul, realizada em Cuzco, Peru. Em 2007, durante a I Cúpula Energética Sul-Americana (Isla Margarita, Venezuela), decidiu-se adotar o nome “União de Nações Sul-Americanas”, denotando o elevado grau de compromisso que se pretende alcançar.



Operação "ATLASUR - VII"

A Marinha do Brasil participou da Operação "ATLASUR VII" que contou, também, com as Marinhas da África do Sul, Argentina e Uruguai. Nessa comissão foi testada a capacidade operacional de cada meio em um grupo-tarefa multinacional, com o objetivo de desenvolver a interoperabilidade entre diversas forças navais de países do Atlântico Sul.

A operação ocorreu no período de 16 de maio a 02 de junho, no litoral sul-africano, entre a Cidade do

Cabo e Simon's Town, na África do Sul, e contou com a participação dos seguintes meios navais: ARA "Robinson" e ARA "Rosales", da Marinha argentina; ROU "Uruguai", da Marinha uruguaia; SAS "Queen Modjadj I", SAS "Amatola", SAS "Isandlwana", SAS "Charlotte Maxeke", SAS "Isaac Dyoobha" e SAS "Drakensberg", da Marinha sul-africana; e das Fragatas "Defensora" e "Independência", da Marinha do Brasil.

Destaque também para os seguintes meios aeronavais participantes: um "Oryx" da Marinha da sul-africana; um "Alouette" da Marinha argentina; e um "Super Lynx" e um "Esquilo", da Marinha do Brasil.

Durante a comissão, foram conduzidos exercícios, tais como: manobras táticas, ataque de aeronaves, tiro de superfície, tiro anti-aéreo, busca e salvamento,

operações aéreas, suspender com oposição, retomada e resgate, "cross-deck" e guerra anti-submarino.

A troca de observadores entre os países participantes foi uma excelente oportunidade de adquirir conhecimento a respeito de procedimentos e tradições, demonstrando a capacidade das quatro marinhas operarem em conjunto.

Figura 3 - Operação atlasur

Fonte: Marinha do Brasil. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/nomar794>>

Há, ainda, um fórum muito importante que envolve o Brasil, e tem como palco o Atlântico Sul, trata-se da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, também conhecida por ZPCAS ou ZOPACAS. Foi criada, em 1986, após iniciativa brasileira que resultou na resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que promove a cooperação regional e a manutenção da paz e segurança na região. O foco principal da ZPCAS está nas questões relacionadas à prevenção da proliferação de armas nucleares e à redução e, até eventualmente, à eliminação da presença militar de países de outras regiões do mundo. E juntos, os membros buscam formas de integração e colaboração regional, tais como a cooperação econômica e comercial, científica e técnica, política e diplomática.

É importante mencionar que ainda está em vigor, apesar de desacreditado, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)¹². O instrumento é um tratado de defesa mútua celebrado, em 1947, na cidade do Rio de Janeiro, entre diversos países americanos. O

12 Os estados-membros do TIAR são: Argentina, Bahamas, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. (BRASIL MRE-2010).

princípio central do acordo é que um ataque contra um dos membros será considerado como um ataque contra todos, com base na chamada “doutrina da defesa hemisférica”. Durante a Guerra das Malvinas/Falklands¹³, os Estados Unidos, que integram tanto o TIAR quanto a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), alegando que o agressor era a Argentina, favoreceu o Reino Unido (RU), o que foi visto por países latino-americanos como o fracasso derradeiro do acordo. Em 2001, os EUA invocaram o tratado após os atentados de 11 de setembro, mas os países da América Latina não se lançaram à “Guerra ao Terror” da maneira ativa como os americanos desejavam (LIMA FILHO, 2006).

Nesse cenário, reitera-se que o conflito pela posse das Ilhas Malvinas/Falklands, ocorrido em 1982, veio a confirmar a importância de uma postura estratégica voltada para os interesses nacionais, com foco no Atlântico Sul. Em que pese a atitude discutível da Argentina, invadindo as ilhas, o episódio demonstrou claramente que alianças, como o TIAR, podem ter sua relevância desprezada diante de um aliado do porte do Reino Unido, o que fez pender a balança dos EUA francamente para o lado do RU. A postura brasileira de solidariedade com os argentinos abriu caminhos para uma maior aproximação entre os dois países, reduzindo as desconfianças e alicerçando uma relação que contribuiu fortemente para a integração continental.

Com relação, ainda, às Ilhas Malvinas/Falklands, apesar de terem sido reatadas as relações diplomáticas entre a Argentina e o Reino Unido, o assunto não está resolvido, pois, para a Argentina, trata-se de uma questão de soberania e sua posse permanece como um objetivo nacional permanente, o que poderá se constituir, no futuro, num foco de tensão em área adjacente à Amazônia Azul. Tal problema se intensifica em decorrência das eventuais desavenças que vêm ocorrendo no tocante à exploração de petróleo ao redor das Ilhas. Por enquanto, há indicações de uma disposição para a solução diplomática das questões.

As relações entre Brasil e Argentina encontram-se cada vez melhores. Os países estão auferindo os bons resultados advindos

13 A Guerra das Malvinas/Falklands foi um conflito armado entre a Argentina e o Reino Unido ocorrido nas Ilhas Malvinas (Falklands), Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, em 1982, pela soberania sobre estes arquipélagos, dominados, desde 1833, pelo Reino Unido. Ao final do conflito, o arquipélago foi recuperado pelo Reino Unido, com a morte de 649 soldados argentinos, 255 britânicos e 3 civis.

da consolidação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)¹⁴ que se fortalece, e ambos os países vêm procurando superar suas eventuais divergências por meio de negociações e do esforço diplomático. Aqueles que, no século passado, eram os potenciais inimigos da fronteira austral, hoje se tornaram os parceiros e aliados do sul, inclusive com a realização de inúmeros exercícios conjuntos entre as duas Marinhas, como as Operações FRATERNAL, ATLASUR e PASSEX (ver figura 4).



Figura 4 - Fragata "Liberal" realiza exercícios com navio da Armada Argentina
Fonte: Marinha do Brasil. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/nomar814>>

Na Venezuela, Hugo Chavez (em 2010) estabelece uma postura de contestação aos EUA e desafia politicamente a grande potência. O país se aproxima da Rússia e anuncia o seu rearmamento para resistir a uma possível invasão americana a seu território. Na Bolívia, o Presidente Evo Morales enfrenta uma séria crise interna e não mede as consequências de suas decisões, priorizando os interesses de seu país em detrimento das relações com vizinhos. Lembra-se que, ao assumir

14 O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado, em 26/03/1991, com a assinatura do Tratado de Assunção. Os membros deste bloco econômico são os seguintes países : Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Chile, Equador, Colômbia, Peru e Bolívia participam, até o momento, como países associados ao MERCOSUL.

o poder, Evo estatizou a produção de gás e petróleo, ameaçando o emprego da força para efetuar a evacuação de prédios pertencentes a companhias estrangeiras, inclusive da brasileira Petrobras. Mais uma vez, a diplomacia brasileira imperou, apesar da posição contrária de alguns internacionalistas que julgaram que o Brasil agiu com excesso de “bondade” no polêmico episódio (HAGE, 2007).

A cobiça internacional sobre a Amazônia, decorrente de sua biodiversidade e abundância de recursos naturais, especialmente a água, é fato internacionalmente conhecido. O Rio Amazonas desemboca na Amazônia Azul. A afirmação, a princípio, parece óbvia, mas a garantia da segurança e da defesa daquela via navegável está diretamente relacionada ao controle do estuário do Amazonas e suas áreas marítimas adjacentes (“Golfão Amazônico”). Nessa região, as duas amazônias se encontram. Igualmente, as nossas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), ricas em insumos energéticos, levam-nos a inferir que, em caso de uma maior escassez dessas riquezas, atores das relações internacionais podem voltar os olhos para o Brasil, fato que, hoje, acontece no Oriente Médio. Se não fosse o petróleo, as Guerras do Golfo não teriam tamanha dimensão e, talvez, nem sequer tivessem eclodido.

Ao apreciarmos o cenário anteriormente descrito, sob uma visão oceanopolítica do Brasil, os interesses nacionais estão todos, de alguma forma, relacionados com a Amazônia Azul, seja pelas riquezas nela existentes, seja pela via de transporte marítimo, responsável por 95% de todo o comércio exterior do país e por diversas outras riquezas e potencialidades que serão estudadas.

Vimos que a geopolítica nos apresenta um quadro de indefinições, sem ameaças imediatas, contudo com cenários que, por sua imprevisibilidade, demandam a necessidade de o Brasil dispor de forças militares, especialmente navais e aeronavais, compatíveis com as dimensões estratégicas do Brasil. Ademais, por estar a Amazônia Azul relacionada com as cinco expressões do Poder Nacional, é importante a conscientização da nação sobre a relevância deste tema.

O contexto atual exige reflexões por parte de todos, com uma detalhada análise que inclua os interesses nacionais no mar, as vulnerabilidades estratégicas e as reais possibilidades do país.

3 POTENCIALIDADES, AMEAÇAS E VULNERABILIDADES

Para nortear esta análise, serão estudadas as potencialidades da Amazônia Azul, com foco nas cinco expressões do Poder Nacional, constantes da doutrina da Escola Superior de Guerra (BRASIL, ESG, 2009), como também identificadas as vulnerabilidades e as possíveis ameaças ao importante patrimônio nacional que é o mar brasileiro.

3.1 A AMAZÔNIA AZUL E AS EXPRESSÕES DO PODER NACIONAL

O Brasil possui mais de 8.000 km de litoral e, no interior desse mar, encontra-se uma quantidade infinita de riquezas a serem exploradas, além de ser utilizado como meio para o comércio e o transporte marítimo. O livro *Amazônia Azul, o mar que nos pertence*, de autoria do Almirante Armando Ferreira Vidigal e outros, explicita, de forma minuciosa, o tema em estudo. As pesquisas efetuadas, tendo aquele compêndio como uma das fontes mais relevantes, permitiram que fossem elencados os passivos e os ativos relacionados à posse da Amazônia Azul, dentro das expressões do Poder mencionadas.

3.1.1 EXPRESSÃO ECONÔMICA

Em palestra proferida na Escola de Guerra Naval em 25 de novembro de 2005, o Professor Geoffrey Till¹⁵ comentou a citação de uma personagem de William Shakespeare, Shylock, em sua obra “O Mercador de Veneza”. Dizia ele: “Vocês sabem que todas as minhas fortunas estão no mar”. Esta declaração, feita no século XVI, época em que o mar permitia apenas o transporte marítimo e a exploração de escassos recursos naturais, como a pesca, poderia ser até um exagero, mas sintetiza a sua histórica relevância econômica para as nações. Os oceanos cobrem cerca de 70% da superfície do planeta e contam com ecossistemas fundamentais para a vida. Constituem-se, ainda, em fonte muito rica e diversificada de recursos vivos e não vivos, fornecendo alimento para o consumo humano, além de uma ampla gama de minerais.

15 Geoffrey Till é professor de Estudos Marítimos do “Joint Services Command and Staff College” e membro dos grupos de Estudos de Guerra do “King’s College”, em Londres – Reino Unido.

a) Pesca – atividade de grande importância para o país e em constante evolução e modernização. O último dado atualizado disponível no sítio do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) mostra uma corrente financeira nos itens relacionados à comercialização de peixes, camarões e moluscos de US\$ 778.927.388,00. As atividades de maricultura para a produção nacional de pescado respondem por mais de 100.000t anuais de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A frota artesanal de embarcações de pesca é da ordem de 30.000; a industrial é reduzida, mas o MPA tem estabelecido políticas para a sua adequação tanto numérica como qualitativamente, em consonância com a Lei 10.849, de 23 de março de 2004¹⁶.

Produção (t)	2006	2007	Crescimento relativo
Pesca extrativa marinha	527.871,5	539.966,5	+ 2,3
Pesca extrativa continental	251.241,0	243.210,0	- 3,2
Maricultura	80.512,0	78.405,0	- 2,6
Aquicultura continental	191.183,5	210.644,5	+ 10,2
Total	1.050.808,0	1.072.266,0	+2,0

Quadro 1 - Desempenho do Setor Pesqueiro nos anos de 2006 e 2007

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Estatística da Pesca 2007)

As atividades do setor pesqueiro no Brasil crescem de forma significativa, contudo, carecem de uma melhor infraestrutura e de um aprimoramento constante de suas políticas, especialmente no tocante à modernização da frota e valorização do pescador profissional. A pesca brasileira permanece praticamente artesanal. A produção do país, se incentivada por meio de programas de diversificação e modernização da frota pesqueira oceânica, poderá dobrar, alcançando, até 2011, 2 milhões de toneladas/ano, de forma sustentável e com inclusão social (GREGOLIN, 2007).

b) Exploração de petróleo e gás

A extração de petróleo está hoje concentrada na plataforma continental, atingindo a marca de um milhão e novecentos mil barris/dia, equivalente a 88% da produção nacional. A Petrobras vem alcançando êxitos extraordinários na exploração de petróleo em águas profundas, com o desenvolvimento de

¹⁶ Lei Federal que cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira, e dá outras providências.

tecnologia própria, retirando petróleo em campos situados em lâminas d'água superiores a 1.800 metros. Alguns dos campos petrolíferos, situados em águas profundas, encontram-se a distâncias de até 150 milhas náuticas da costa, como no caso de certos poços da Bacia de Santos. A Petrobras possui cerca de 65% de seus blocos exploratórios *offshore* em áreas com lâmina d'água superiores a 400 m. Assim, nos últimos anos, a empresa tem aumentado suas atividades de perfuração, atuando em águas, cada vez mais, profundas, conforme se pode observar no gráfico a seguir.

Com o início da exploração de petróleo na camada do pré-sal, esta vertente da expressão econômica se tornará ainda mais acentuada. Estudos realizados pela Petrobras indicam que a área a ser explorada, que se estende de Santa Catarina ao Espírito Santo, possui reservas superiores a 50 bilhões de barris de petróleo leve. Caso tal expectativa se confirme, nos meados deste século, o Brasil estará entre os dez maiores produtores de petróleo do mundo.

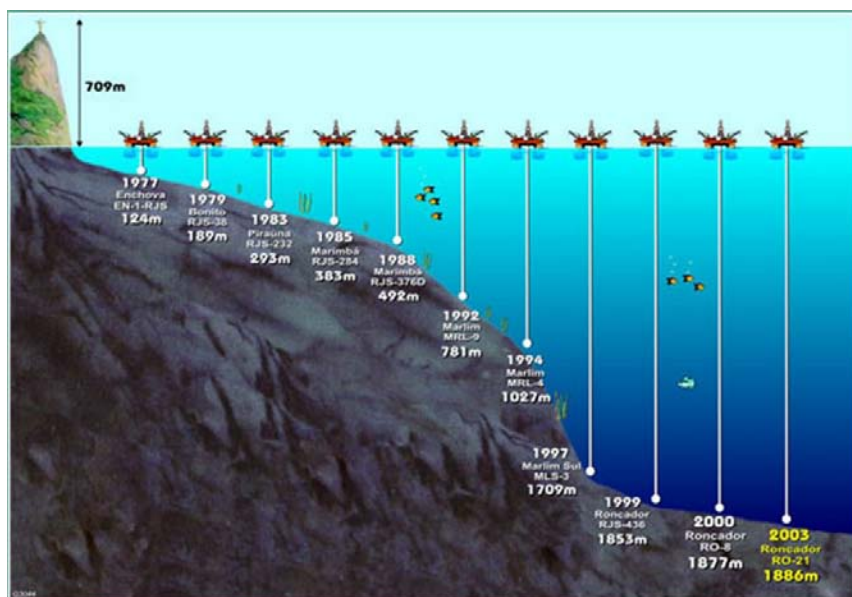


Figura 5 – Exploração de petróleo no Mar.

Fonte: Petrobras S.A

De acordo com a Diretoria de Portos e Costas, havia em abril de 2010, 192 plataformas de exploração no mar, sendo 83 fixas e 109 flutuantes. O quadro abaixo apresenta a evolução do número de plataformas de petróleo operando na Amazônia Azul.

2006	142
2007	156
2008	171
2009	186
Até abril de 2010	192

Quadro 2: Evolução do número de plataformas de petróleo na Amazônia Azul
Fonte: Diretoria de Portos e Costas, 2009.

Pode-se constatar que a atividade de exploração de petróleo cresce de forma significativa, visto que, em três anos, houve um aumento de 35% no número de plataformas em operação no Brasil. Certamente, com o advento do pré-sal, estes números serão cada vez maiores.

As atividades relacionadas à exploração de petróleo apresentam uma substancial interação como meio ambiente marinho, sendo necessário que sejam conduzidas de forma sustentável e tendo a preservação do bioma como um paradigma a respeitar. Neste ponto do trabalho, é fundamental que se remeta ao ocorrido em 20 de abril de 2010, quando aconteceu uma explosão e incêndio na torre da plataforma de petróleo semissubmersível *Deepwater Horizon* (ver figura 6). Ela estava operando no Golfo do México e houve onze vítimas fatais em consequência desse acidente. A embarcação foi a pique em 22 de abril de 2010, em águas de aproximadamente 1500 metros de profundidade, e os seus restos foram encontrados no leito marinho a 400 metros a noroeste da cabeça do poço.



Figura 6 - Plataforma *Deepwater Horizon* em chamas no Golfo de México.

O derramamento de petróleo resultante prejudicou o *habitat* de centenas de espécies de peixes e aves. Quase três meses após o acidente, a British Petroleum anunciou, em julho de 2010, ter conseguido estancar temporariamente o derrame de petróleo depois da instalação de válvulas especiais.

Este acidente, de consequências catastróficas para o meio ambiente marinho, além de levar vários países a repensarem os aspectos relacionados à prevenção em exploração de petróleo em águas profundas, só vem a corroborar a importância da cautela e fiscalização eficazes nas diversas etapas desenvolvidas na exploração de petróleo no mar, as quais exigem uma efetiva participação da Autoridade Marítima, que, com o aumento do fluxo de embarcações e da quantidade de plataformas de petróleo em operação na Amazônia Azul, demandará um incremento significativo das necessidades de meios navais e de pessoal.

c) Turismo

Em 2009, mais de oitenta navios de passageiros visitaram portos do Brasil, país que tem no mar uma admirável fonte de atração turística. Localidades como Rio de Janeiro, Búzios, Ilha Bela, Maceió, Fernando de Noronha, entre outras, são destinos especiais e desejados por turistas procedentes de diversas partes do mundo. Estes navios permanecem no Atlântico Sul, visitando, principalmente, portos brasileiros no período de novembro a março. A título de exemplo, em 2009, mais de 300.000 passageiros desembarcaram no porto do Rio de Janeiro, enquanto 92.000 desembarcaram em 2006. A tendência é que este número cresça ainda mais, tendo em vista os elevados investimentos em infraestrutura portuária que estão sendo realizados pelo governo federal, dentro dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Inúmeras embarcações de médio porte (escunas e catamarãs) trafegam em águas costeiras em razão da atividade de turismo náutico¹⁷ que movimentam bilhões de reais ao ano (EMBRATUR, 2010)

d) Transporte marítimo

O mar pode ser considerado o principal meio de escoamento do comércio internacional brasileiro, pois mais de 95% das exportações e

17 Turismo náutico se caracteriza pela utilização de embarcações náuticas com a finalidade da movimentação turística. Pode ocorrer em lagoas, rios, represas, lagos ou no mar e envolve também as atividades de cruzeiros (marítimos ou fluviais), passeios, excursões e outras viagens realizadas em embarcações náuticas com finalidade turística (EMBRATUR, 2010).

importações brasileiras são feitas por via marítima, e, neste contexto, deve-se ressaltar a importância dos portos brasileiros como os portões de entrada e saída das mercadorias para os seus mais variados destinos.

No que concerne aos interesses brasileiros, a nossa economia é fortemente dependente do mar. O comércio exterior, com um fluxo de mais de 16.000 navios/ano e respondendo por uma movimentação média de US\$ 100 bilhões/ano, nos dá a sua dimensão para o país.

As principais rotas marítimas de interesse brasileiro, além da navegação de cabotagem ao longo de todo o litoral, são aquelas em que o fluxo de mercadorias do nosso comércio internacional escoia para as seguintes regiões: América do Norte, América Central, Europa, Golfo da Guiné, Golfo Pérsico e Oriente passando pelo Cabo da Boa Esperança, e para o Pacífico via Estreito de Magalhães. Identifica-se uma grande vulnerabilidade pela inexistência de uma Marinha Mercante nacional compatível com as nossas demandas e dimensões estratégicas. Os reflexos dessa realidade são bastante claros ao apreciar a reduzida parcela de mercadorias, somente 12% do nosso comércio internacional. O Brasil necessita de uma Marinha Mercante, com capacidade de transporte dos produtos de interesse para o país e que garanta eventuais precisões de mobilização militar (MOURA NETO, 2010).

Desde os tempos de paz, o Brasil depende de navios mercantes estrangeiros para manter o fluxo de mercadorias essenciais à nossa economia, sendo este um passivo a ser, pelo menos, minimizado. Nosso país passa por um período favorável no tocante ao aumento da atividade marítima, bem como ao desenvolvimento da Indústria Naval. O futuro parece promissor, especialmente, com o advento do Programa de Modernização e Expansão da Frota da TRANSPETRO (PROMEF)¹⁸ concebido dentro do PAC do Governo Federal. É notável a recuperação da indústria naval brasileira nesta década, impulsionada pelas encomendas da Petrobras. No porto de SUAPE-PE, em 7 de maio de 2010, foi lançado ao mar o primeiro navio do PROMEF, construído pelo estaleiro Atlântico Sul.

18 PROMEF da TRANSPETRO visa revitalizar a indústria naval com encomenda inicial de 49 navios. As duas primeiras fases do PROMEF foram concebidas antes das novas descobertas dos campos do pré-sal, o que aponta para a criação de novas fases do programa já a partir de 2010. O programa foi desenvolvido com base em três premissas essenciais: construir os navios no Brasil, alcançar um nível mínimo de nacionalização (65% na primeira fase, 70% na segunda) e oferecer condições para os estaleiros nacionais conquistarem competitividade em nível global.

e) Exploração de Minerais

Além do petróleo, em que o fundo do nosso mar se revela como uma valorosa fonte, outros recursos minerais podem ser extraídos. O sal, por exemplo, pode ser encontrado nos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Norte, onde ficam as áreas mais propícias para sua extração por suas características climáticas tipicamente tropicais. Inúmeros elementos químicos estão dissolvidos na água do mar e, igualmente, há depósitos minerais nos fundos marinhos, passíveis de futura exploração, inclusive, já foi identificada a presença de nódulos polimetálicos no Atlântico Sul.

Os nódulos polimetálicos ocorrem, principalmente, como um depósito profundo nos oceanos, sob a forma de concreções ricas em óxido de manganês, podendo sua composição ser alterada de local para local e conter níquel, cobalto e cobre. O cobalto é um metal valioso e de valor estratégico e esses depósitos podem se constituir em fontes alternativas futuras deste metal. Em trabalho, recentemente publicado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi divulgada a existência, já confirmada, de áreas submarinas promissoras no Atlântico Sul, a descoberta de crostas cobaltíferas na elevação de Rio Grande, nódulos polimetálicos na área adjacente à Ilha da Trindade, bem como sulfetos polimetálicos e recursos biotecnológicos na área do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (MARTINS, 2006).

3.1.2 EXPRESSÃO POLÍTICA

O mar, desde os primórdios da história, sempre foi um palco de batalhas, mas também um respeitável canal da diplomacia. Por ele, o Brasil recebe os navios de guerra¹⁹ de nações amigas em visitas oficiais, por ele, transitam navios em passagem inocente²⁰ e, nele, a MB faz-se

19 Navio pertencente às forças armadas de um Estado, que ostente sinais exteriores próprios de navios de guerra da sua nacionalidade, que está sob o comando de um oficial devidamente nomeado pelo governo do Estado, e cujo nome aparece na lista de oficiais ou seu equivalente, e com tripulação sujeita à disciplina militar das forças armadas regulares.

20 De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982), é reconhecido aos navios de todas as nacionalidades o direito de passagem inocente no mar territorial. A passagem será considerada inocente desde que não seja prejudicial à paz, à boa ordem ou à segurança do Brasil, devendo ser contínua e rápida (Lei 8.617, de 4 de janeiro de 1993).

presente, não apenas realizando atividades de patrulha, mas também mostrando o pavilhão nacional aos navios das mais variadas bandeiras que, devidamente autorizados, atuam na Amazônia Azul.

O mar, um dos instrumentos estratégicos, contribui, sobremaneira, dentro de uma visão oceanopolítica²¹ para a projeção política do Brasil no Atlântico Sul, seja no eixo oriental em direção à África, seja no eixo norte em direção ao Caribe, ou ainda no eixo sul em direção à Antártica e aos países da América do Sul ocidental e meridional.

A influência brasileira no Atlântico Sul é crescente, sendo fundamental o estabelecimento de políticas de aproximação com os países limítrofes ao Atlântico Sul. Entidades como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), a formada por Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)²², a pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)²³, entre outras, têm a Amazônia Azul como palco para a realização de exercícios conjuntos visando à solidificação da ZPCAS, não devendo ser esquecido o papel do Poder Naval como instrumento da diplomacia brasileira.

3.1.3 EXPRESSÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA

A interação entre as variadas expressões do Poder Nacional perpassa por diferentes áreas — a economia e os seus recursos orçamentários relacionam-se com a expressão militar, no tocante às obtenções de material de defesa nos mercados nacional e internacional; a política, com as decisões governamentais, remete à expressão psicossocial, no que diz respeito a desemprego, e, assim, sucessivamente. Portanto, ao debruçarmos

21 O conceito de oceanopolítica já foi apresentado anteriormente.

22 A Declaração de Brasília de 6 de junho de 2003, resultante da reunião entre os Ministros de Relações Exteriores da Índia, do Brasil e da África do Sul, e a Declaração Conjunta emitida por ocasião da Reunião de Cúpula Índia-Brasil- África do Sul (IBAS), realizada em Brasília em 13 de setembro de 2006, levaram à criação do Grupo de Trabalho IBAS, tendo os três países como participantes (BRASIL MRE, 2010).

23 A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 1996, sendo uma organização que congrega os países lusófonos e fomenta a aliança, a cooperação e a amizade entre os mesmos. A sua sede fica em Lisboa e são seus signatários: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (BRASIL MRE - 2010).

sobre a Amazônia Azul, constatamos que as atividades desenvolvidas na extração de petróleo, após a descoberta do pré-sal, são as mais diversas e dependem, em sua totalidade, de ciência, tecnologia e constante inovação, em quaisquer dos três conjuntos tecnológicos distintos, ou seja, as plataformas de petróleo, o sistema de perfuração e o mecanismo de transmissão do petróleo do reservatório para a plataforma.

A conquista e manutenção das tecnologias correlatas têm envolvido alianças verticais com os estaleiros nacionais para a produção local dos navios-sonda. A Petrobras criou parceria nos programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) com as instituições de pesquisa tecnológica da Universidade de Campinas (Unicamp) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), entre outras, no Brasil e no exterior. Um exemplo notável dessa iniciativa foi o desenvolvimento de robôs submarinos, inovação que permitiu a substituição de mergulhadores no serviço de interligar a plataforma com os poços submarinos. Esta capacitação adquirida pela Petrobras fez com que a empresa se tornasse referência mundial na produção de robôs para operar em grandes profundidades. Assim, observou-se que a exploração de petróleo traz em seu bojo uma importante vertente de indução de tecnologia (ORTIZ NETO, 2007).

Outro aspecto importante está ligado à Marinha Brasileira, que ao conduzir suas atividades, seja na área de renovação e operação dos meios navais ou nas ações relacionadas ao estudo detalhado do ambiente marinho, necessita desenvolver novas tecnologias na busca, às vezes inatingível, do estado da arte na guerra naval.

A Marinha Brasileira sempre foi reconhecida por induzir um arrasto tecnológico no Brasil, pois a posse de meios mais modernos acarreta uma demanda por serviços de manutenção e obtenção de peças de reposição para os sistemas de propulsão, sensores e armamentos dos navios e aeronaves, o que exige um constante *upgrade* na indústria nacional, bem como na capacitação do seu pessoal. Um exemplo disso aconteceu com o advento de navios a vapor no início do século XX, no recebimento das Fragatas classe Niterói²⁴ na década de 1970 (ver figura 7) e, desde o final

24 As Fragatas da classe Niterói estão entre os mais importantes navios de guerra da Marinha do Brasil até hoje. Elas constituem um marco histórico e foram parte de um acordo entre o Brasil e o estaleiro britânico Vosper Thornycroft, no ano de 1970, para que este construísse quatro navios do projeto MK-10 e outros dois desse tipo pelo Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, obtendo-se, assim, a transferência de tecnologia e, mais tarde, permitindo o desenvolvimento dos projetos nacionais das corvetas da Classe Inhaúma e Barroso.

do século passado, com o Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (PROSUB), que renasceu em 2009, em função de uma maior prioridade atribuída pelo governo federal, e da relevante atuação do Comando da Marinha.



Figura 7 - Fragata Niterói

Fonte: Marinha do Brasil. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/menu_h/fotos>

A Diretoria de Hidrografia e Navegação realiza levantamentos hidrográficos, produz cartas náuticas, inclusive eletrônicas, orienta uma eficiente sinalização náutica e é responsável por previsões meteorológicas confiáveis que são oportunamente divulgadas a todos os navegantes, o que tem influência direta na segurança da navegação, representando uma efetiva contribuição da MB para o desenvolvimento do País, por meio de tecnologias próprias e em constante evolução em suas áreas de atuação.

A indústria nacional, trabalhando em parceria com a MB e instituições civis de pesquisa de ciência e tecnologia, poderá encontrar no mar inspiração e oportunidades para o incremento das capacidades indispensáveis à consolidação do futuro. A participação da indústria nacional em sociedade com empresas de países vizinhos em projetos de desenvolvimento e produção de equipamentos militares de emprego

naval é fator importante para se buscar a economia de escala e a geração de novos empreendimentos, sendo, também, um mecanismo indutor de tecnologia e inovação.

3.1.4 EXPRESSÃO MILITAR

Além de garantir a soberania do Brasil no mar, defendendo os espaços marítimos e os interesses nacionais, por ações de presença ou empregando a força, quando necessário, a Marinha cumpre outras tarefas e tem outras missões em tempo de paz. O país tem, no cenário internacional, importantes encargos na área de busca e salvamento marítimo, na qualidade de detentor de uma área marítima de responsabilidade SAR (“Search and Rescue” – sigla internacional para busca e salvamento), que equivale a uma vez e meia o nosso território e o seu ponto mais distante da costa brasileira fica a 1.850 milhas náuticas, ou seja, quase 3.500 quilômetros. É uma área em que a MB e a Força Aérea Brasileira têm que atuar no socorro a pessoas acidentadas ou enfermas, em obediência a compromissos nacionais assumidos pelo Brasil.

Os navios que transitam na Amazônia Azul são acompanhados pela Marinha, por intermédio do Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo. Todos os aspectos relacionados à imposição da lei no mar, especialmente, no tocante à segurança do tráfego aquaviário, estão a cargo da Autoridade Marítima, que, no caso do Brasil, também é exercida pela MB, sendo os Comandos de Distritos Navais, a Diretoria de Portos e Costas e a Diretoria de Hidrografia e Navegação seus principais representantes²⁵.

Por fim, é importante, nessa relevante expressão do poder nacional, registrar que o Poder Naval brasileiro dispõe hoje, para atuar na Amazônia Azul e hidrovias, dos seguintes meios navais, sendo alguns já obsoletos:

25 Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, estabelece a Estrutura da Autoridade Marítima e delega competências aos Titulares dos Órgãos de Direção Geral, de Direção Setorial e de outras Organizações Militares da Marinha, para o exercício das atividades especificadas. O Comandante da Marinha é a Autoridade Marítima Brasileira.

Meios navais (Navios)	Quantidade
Navio-aeródromo	01
Fragatas	09
Corvetas	05
Navios-Patrolha	22
Submarinos	05
Navios-Anfibios	05
Outros Navios	51
Total	98

Quadro 3: Meios Navais

Fonte: Marinha do Brasil.

Disponível em: <http://mar.mil.br/menu_h/navios>

O efetivo da MB, na atualidade, é de 7.200 oficiais e 51.800 praças, totalizando 59.000 militares. Pela Lei nº 12.216/2010, este efetivo será aumentado²⁶ até 2029, já dentro do escopo da Estratégia Nacional de Defesa (END), para os seguintes quantitativos: 10.707 oficiais e 69.800 praças. Este documento prevê, também, uma reestruturação intestina nas Forças Armadas, incluindo a modernização de meios, reordenamento de prioridades, o reposicionamento e criação de unidades militares. É importante registrar que este incremento de pessoal militar, para o atendimento da demanda, de pessoal existente ocorrerá paulatinamente, não se configurando em uma solução de curto e médio prazo, e cuja projeção para integralização compreende um horizonte de vinte anos.

3.1.5 EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL

Na vertente psicossocial, há um aspecto importante que se relaciona à sociedade brasileira de uma forma geral. Historicamente, o Brasil nasceu com vocação marítima, não só por ter sido descoberto e colonizado por uma nação marítima, mas também por ter sofrido

26 Instrumento legal, sancionado pelo Presidente da República, em 11 de Março de 2010, que altera a Lei de Reestruturação de Corpos e Quadros, destacando-se, dentre as modificações introduzidas, a ampliação dos limites de efetivos em 3.507 oficiais e 18.000 praças, o que representa um incremento aos atuais limites da ordem de 36%.

invasões pelo mar, e ter consolidado sua independência no mar. O desenvolvimento nacional ainda é, e continuará sendo, dependente das vias marítimas para a maioria de suas atividades, como já foi apresentado no estudo de outras expressões do Poder Nacional. É fundamental para o país que se desenvolva e promova a consolidação de uma mentalidade²⁷ ligada à maritimidade, resgatando a vivência marítima e difundindo os conhecimentos sobre o mar

Portanto, em decorrência de fatores conjunturais, na evolução histórica do país, observou-se a migração econômica para o interior. O Brasil virou “as costas” para o mar em diferentes aspectos, entre eles os que dizem respeito aos transportes e à alimentação. Dessa forma, houve, no seio da população brasileira, uma degradação da mentalidade marítima, a ponto de, nos dias atuais, os brasileiros pensarem no mar apenas de forma lúdica (BRASIL SECIRM, 2010).

Dentro desse tema, é oportuno comentar que a Escola Superior de Guerra, considerada um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, funciona como um centro de estudos e pesquisas, desenvolvendo inúmeros cursos instituídos pelo Ministro de Estado da Defesa, que contam com a participação de cidadãos de elevado nível de todos os segmentos do poder nacional, civis e militares. Um dos mais importantes é o de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE). No ano de 2010, a turma do CAEPE, conscientizada da importância do mar para o Brasil, escolheu Amazônia Azul como seu nome representativo. A ESG é uma instituição que, cada vez mais, se consolida em seu papel de “Pensar o Brasil para melhor servi-lo”. Está em andamento o processo de reestruturação da Escola, o que, certamente, levará ao seu conhecimento a fim de que continue a atuar como elemento indutor para o fomento das mentalidades nacionalistas, de defesa e marítima, tendo em vista a diversidade dos estagiários que passam por essa escola e se tornam vetores de disseminação dos pensamentos nela estudados e difundidos (ESG-2010).

27 Mentalidade Marítima é a convicção ou crença, individual ou coletiva, da importância do mar para a nação brasileira e o desenvolvimento de hábitos, atitudes, comportamentos ou vontade de agir, no sentido de utilizar, de forma sustentável, as potencialidades do mar.



Figura 8 - Turma de Estagiários recebe o nome de Amazônia Azul.

Fonte: Marinha do Brasil. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/nomar817>>

As atividades, estudadas em todas as expressões do Poder Nacional, exibem inúmeros desdobramentos no campo psicossocial, como bem-estar social, sensação de segurança, alimentos para população e, principalmente, a geração de empregos. O desenvolvimento dos estaleiros nacionais, em sua maioria instalados no Rio de Janeiro, está contribuindo para geração de novos empregos, diante da crescente demanda da Petrobras por embarcações, serviços e navipeças²⁸.

3.2 AS POSSÍVEIS AMEAÇAS

A atual conjuntura mostra um cenário de total incerteza, conforme abordado acima. O papel dos EUA como potência hegemônica ainda não pode ser questionado, pelo menos na expressão militar do poder. A reativação da Quarta Frota e a instabilidade política presente em alguns vizinhos sul-americanos, como a Venezuela, vêm corroborar a nebulosidade do ambiente em que o Brasil está inserido, havendo uma total impossibilidade de identificar atores estatais como inimigos em potencial.

De acordo com os estudiosos da guerra da quarta geração²⁹, os terroristas poderão utilizar os mares para traficar armas, drogas

28 Navipeças são todos aqueles itens necessários à construção e à manutenção de embarcações como estruturas, material para pintura naval, tubulação/bombas, maquinário, acomodações, sobressalentes de equipamentos elétricos, eletrônica e equipamentos de controle, manobra, entre outros.

29 As guerras do século XXI tendem a ser conflitos “não westfalianos”, envolvendo a participação de atores difusos. Os militares combatem oponentes não estatais. Trata-se da recém-denominada guerra da quarta geração.

e pessoas, empregar embarcações como armas ou utilizá-las como plataformas de lançamento de artefatos bélicos, navios ou lanchas para atacar ou ameaçar o comércio marítimo internacional. Essas hipóteses podem afetar o preço do seguro e causar problemas ao meio ambiente. Nesse contexto, um caso marcante foi o atentado sofrido pelo USS Cole³⁰ (ver figura 9).



Figura 9: Atentado sofrido pelo USS Cole

Fonte: Disponível em: <<http://www.bostonboating.com/usscole>>

O potencial brasileiro aliado à sua atual situação de estabilidade econômica insere o país em posição de destaque no cenário. Tal fato é fruto não apenas de suas capacidades, mas também de uma política adequada no campo das relações mundiais. Este quadro favorável pode tornar o Brasil alvo de ações de cobiça de outras nações, inclusive de atores não estatais. A afirmação de que o país está imune aos ataques terroristas é falaciosa,

30 Ataque sofrido, em outubro de 2000, por um navio de guerra americano no porto de Aden, no Iêmen. Os terroristas utilizaram um bote inflável carregado com explosivos e arremessado contra o costado do navio na altura da praça de máquinas. Houve 17 vítimas fatais.

tendo em vista a imprevisibilidade das ameaças, extensão e permeabilidade de nossas fronteiras terrestres e marítimas (LOPEZ, 2003).

Pode-se constatar que as estatísticas de pirataria³¹ e o roubo no mar estão aumentando em todo o mundo. O mapa produzido pela *ICC Comercial Crime Services*, com dados fornecidos pela Organização Marítima Internacional, indica uma curva ascendente na atividade de pirataria e a referida instituição aponta a África (especialmente a Somália), o Sudeste da Ásia, o Oceano Índico e o Mar Vermelho como as áreas em que os navegantes devem tomar maiores precauções ao navegar (Anexo B). Contudo, há um dado relevante no relatório: a menção do Porto de Santos como um porto perigoso na América do Sul, sendo recomendada constante vigilância durante a estadia do navio. No ano de 2009, a Organização Marítima Internacional (IMO) registrou a ocorrência de três casos de pirataria no Brasil: em Belém, Fortaleza e Salvador. Na verdade, não foram casos de pirataria, mas de roubo. Observa-se que a Comunidade Marítima Internacional não assinala claramente que os dois conceitos são distintos (Anexo C).

A própria história nos indica que a existência de um Poder Militar, e, conseqüentemente, um Poder Naval, pronto a defender os interesses do Estado, é um requisito vital para uma nação soberana, especialmente, como o Brasil, país rico e de dimensões continentais. A história é cíclica. Períodos de paz duradoura são bruscamente interrompidos por acontecimentos ou crises que podem, com rapidez, se transformar em conflitos de grandes proporções. A Guerra das Malvinas/Falklands; a crise entre o Peru e o Equador (1995); a crise entre Venezuela e Colômbia (2010); e o próprio atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, nos EUA, são exemplos de eventos que levaram as partes envolvidas a uma crise ou conflito, de maneira repentina.

3.3 VULNERABILIDADES: DEFINIÇÃO

É importante observar que o fato de um país estar vivenciando um longo período de paz, ou não guerra³², não justifica o desdém pelos assuntos relacionados à Defesa Nacional. Uma análise da conjuntura

31 Ato de saquear uma embarcação em alto-mar. Vale ressaltar que se a ação ocorre em águas sob a jurisdição do estado é caracterizada como roubo e não pirataria.

32 O pensador político italiano Norberto Bobbio, em seu livro, *O problema da guerra e as vias da paz*, de maneira interessante define paz como não guerra, deixando como um desafio a significação de guerra.

internacional, especialmente no entorno de interesse do Estado, deve ser produzida diuturnamente e as possíveis ameaças entendidas, de modo que o país possa se preparar com a devida antecedência, em termos de poder militar e infraestrutura, para dissuadir ou, em última instância, fazer frente a perigos iminentes.

Não se pode olvidar que, durante a primeira reunião de Ministros de Defesa dos países americanos, em 1995, foram estabelecidos os seis “Princípios de Williamsburg”. Na ocasião, definiram-se as novas intimidações à soberania dos estados, incluindo a pirataria, tráfico de drogas, crimes ambientais e o terrorismo. Os intentos dos EUA de influenciar na orientação da missão das Forças Armadas dos países do continente sul-americano têm sido ostensivos desde então (WILLIAMSBURG, 1995).

Na visão dos Estados Unidos, o atentado de 11 de setembro de 2001 foi determinante para caracterizar o terrorismo como uma ameaça global. A superpotência, em consonância com o sexto princípio³³ de Williamsburg, vem conduzindo ações com o intuito de convencer os demais estados do continente a priorizar o emprego de suas Forças Armadas no sentido de defender os valores e princípios democráticos, garantir os direitos humanos, bem como contribuir para a segurança regional e hemisférica, dissuadindo e neutralizando as ameaças transnacionais, inclusive o narcotráfico. O governo brasileiro não se curvou a tais recomendações e, como uma nação soberana, mantém a vertente defesa como a espinha dorsal de suas Forças Armadas, tendo o seu emprego na segurança pública um papel secundário e episódico.

Não podemos deixar de lado as lições do passado, não apenas pela constatação da relevância do papel do mar e da MB na formação e consolidação do Brasil, mas pelo reconhecimento de um Poder Militar compatível com os interesses nacionais, fator de sobrevivência de um território nacional. O perfeito entendimento do entorno geopolítico permite que se vislumbrem as possíveis fontes de tensão entre Estados ou ameaças não estatais.

No Brasil, notamos ocorrências esporádicas de ações de roubo de navios. Contudo, nada impede que, em futuro não muito distante, tais tipos de avisos, inclusive a pirataria, possam ter a sua incidência

33 Sexto princípio de Williamsburg: promover uma maior cooperação na área de defesa, com participação voluntária em operações de manutenção da paz sob a égide da ONU e cooperar no desafio da luta contra o narcoterrorismo.

umentada. Portanto, para manter os espaços marítimos seguros e livres do terrorismo, seria preciso controlar os litorais, vistos como o campo de batalha do século XXI, e ter forças prontas para repelir aqueles que ponham em risco a segurança dos mares.

Outro episódio, a registrar, é o caso do barco de pesca Sabala, de bandeira brasileira, apreendido pela Marinha francesa no Golfo da Guiné, na costa africana, e resgatado, em 24 de junho de 2007, pela Fragata Greenhalgh, com apoio do navio-tanque Almirante Gastão Motta. A embarcação apresada foi rebocada pela fragata até o porto de Cabedelo, ocasião em que foi transferida para a custódia do Departamento de Polícia Federal/Paraíba, juntamente com a sua tripulação que era constituída por três brasileiros e um boliviano. O barco transportava 840 kg de cocaína. Os traficantes utilizam intensamente o mar como meio para o narcotráfico, sendo empregadas pequenas embarcações, navios e até submersíveis. As rotas do narcotráfico passam pelo Brasil, sendo a carga ilícita destinada ao exterior por vias marítimas, especialmente para os EUA, África e Europa. Na Colômbia, até pequenos “submarinos” estão sendo utilizados pelos meliantes para o narcotráfico, conforme se pode constatar na foto a seguir:



Figura 10 - Militares colombianos prendem, em novembro de 2008, um submarino caseiro. A embarcação, feita de fibra de vidro, foi encontrada com 1,6 toneladas de cocaína durante uma operação contra o narcotráfico.

Fonye: Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo>>

Nesse ambiente de perplexidade, pode-se afirmar que há novos tipos de ameaças na agenda dos estados pós-modernos, e o Brasil não está imune. Observa-se um quadro em que aquelas classificadas como intimidações internas e externas podem se confundir, deixando, cada vez mais, difusa a fronteira que separa o que é segurança de defesa, além do que, apesar de chamadas de “novas ameaças” pelos estudiosos da guerra, essas já são — há bastante tempo — conhecidas e apenas alteraram a sua roupagem na era pós-moderna (LOPEZ, 2003).

Assim, ao findar uma avaliação preliminar de nossas potencialidades e vulnerabilidades no mar, pode-se afirmar que, no contexto da defesa nacional, em um primeiro momento, se identificam as seguintes ameaças como as principais e passíveis de ocorrer no interior da Amazônia Azul, no século XXI: desrespeito à soberania nacional nas águas de jurisdição brasileira por um ator estatal; terrorismo internacional; narcotráfico; tráfico de armas e pessoas; exploração não autorizada de recursos existentes na Amazônia Azul; pirataria; catástrofes naturais; e degradação do meio ambiente.

Para fazer frente a esse cenário, é importante identificar as principais vulnerabilidades do poder nacional, dentro do espectro da Defesa Nacional, no tocante à Amazônia Azul: Poder Naval incompatível com a dimensão estratégica do país; mentalidades marítima e de defesa incipientes; falta de sensibilidade da sociedade com os assuntos de defesa; ausência de um monitoramento eficaz do espaço marítimo; existência de lacunas na estrutura de segurança marítima, com reflexos para a defesa nacional; permeabilidade e extensão da fronteira marítima; concentração da produção de petróleo no mar, sem um sistema de defesa eficaz; concentração de grandes cidades e do sistema produtivo e energético próximos ao litoral, os quais podem ser ameaçados por armamento lançado do mar; comércio exterior dependente, quase que totalmente, de Linhas de Comunicações Marítimas extensas, cujo controle e defesa são complexos; e existência de ilhas oceânicas brasileiras sem um sistema de defesa pré-estabelecido; e não reconhecimento pela sociedade do importante papel das Forças Armadas para a sua defesa.

A END apresenta a necessidade de implementação de medidas preventivas, especialmente ao enfatizar três características das forças militares brasileiras, que devem ser aprimoradas, inclusive na Amazônia Azul: presença, monitoramento/controlado e mobilidade. Estes três vetores de defesa são essenciais para prevenir e repelir quaisquer ameaças ao nosso território, especialmente aquelas vindas do mar.

4 O PODER NAVAL BRASILEIRO E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

4.1 O MINISTÉRIO DA DEFESA

Nesta parte do trabalho, cabe relembrar que, no Brasil, até 1999, as três Forças Armadas se mantinham em ministérios independentes, até a criação do Ministério da Defesa, em 10 de junho daquele ano. A existência de um ministério único agregando as respectivas forças era uma tendência internacional desde a metade do século passado, quando já se adotava amplamente aquela estrutura clausewitziana³⁴, em que há uma obediência direta dos militares à Política, entendida como arte ou ciência da organização, direção e administração do Estado, com a aplicação desta arte aos negócios internos e externos da nação.

Durante os anos de 1995/96, o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) foi o responsável pelos estudos sobre a criação do Ministério da Defesa (MD), tendo sido constatado que, entre 179 países, apenas 23 não possuíam Forças Armadas integradas por um único Ministério. Desses 23 países, apenas três, entre eles o Brasil, possuíam dimensões políticas para justificar a criação de um Ministério da Defesa, como extensão territorial e Forças Armadas treinadas e estruturadas. Desde então, o MD vem consolidando suas estruturas internas e aprimorando os mais variados processos no intuito de padronizar os procedimentos passíveis de uniformização e buscando ações pró-ativas com o objetivo de fomentar a sinergia e a interoperabilidade, tornando eficazes as ações do MD. Trata-se de um grande desafio a vencer. Grandes nações, como os EUA, até hoje buscam aparar arestas e identificar métodos para integrar as Forças Armadas, tanto na vertente administrativa como na operacional (JOBIM, 2008).

Desde a sua criação, o MD emitiu inúmeros documentos normativos, mas, no dia 18 de dezembro de 2008, foi aprovada a Estratégia Nacional de Defesa (END). Esta estratégia veio preencher uma lacuna nos assuntos afetos à defesa nacional. A END teve como principais

34 Carl von Clausewitz (1780-1831) foi um general prussiano, autor da famosa obra intitulada "Da Guerra", que teve como referencial histórico as Guerras Napoleônicas.

O autor afirmou que a guerra é parte integrante da existência humana, constituindo-se num dos instrumentos necessários da Política. Sendo célebre sua frase "a guerra é a continuação da política por outros meios". Os militares devem, segundo o autor, se subordinar à política.

arcabouços legais: a Constituição Federal de 1988, a Lei Complementar 97, de 9 de junho de 1999, a Lei Complementar 117, de 2 de setembro de 2004, e a Política de Defesa Nacional. Um trabalho nesses moldes era imprescindível para orientar a adoção de medidas no setor que, há décadas, carecia de um documento norteador de todos os aspectos relacionados à defesa nacional e aderente às reais demandas de uma nação com as riquezas e dimensões do Brasil.

4.2 A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

A END foi concebida para estabelecer o elo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado; e o preparo e emprego das Forças Armadas a fim de resguardar a soberania, de outro. O documento aborda questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, determinando os objetivos da “grande estratégia” do Brasil e os meios necessários para fazer com que a Nação, como um todo, participe da defesa. O documento aborda diretamente problemas militares, derivados da influência dessa “grande estratégia” na orientação e nas práticas operacionais das Forças, tendo como pano de fundo o desenvolvimento e a garantia da soberania nacional (BRASIL, 2008).

Neste contexto, é importante ressaltar que a END estabelece eixos estruturantes nos quais deve se basear a nova era da Defesa no Brasil e que servirão como norte de todas as ações a serem empreendidas:

Eixo 1: Reorganização e nova orientação das Forças Armadas de modo a melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra.

Eixo 2: Reorganização da indústria nacional de material de defesa para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas (FFAA) se apóie em tecnologias sob domínio nacional.

Eixo 3: Implementação do ajuste necessário na composição dos efetivos das Forças Armadas.

Os três eixos são fundamentais, contudo, primeiro, vislumbra-se a necessidade de grandes mudanças intra e inter Forças Armadas, tendo sido determinado às FFAA a elaboração de Planos de Articulação e de Equipamento. As propostas já foram prontificadas e preveem a redistribuição geográfica das instalações militares, a quantificação e especificação dos meios necessários ao pleno atendimento das tarefas decorrentes das Hipóteses de Emprego das FFAA. Igualmente, dentro

de uma política de otimização do emprego de recursos humanos, a composição dos efetivos deverá ser revista para que possa ser redimensionada em consonância com as novas diretrizes da referida estratégia. O prazo para execução do Plano de Articulação da MB com data limite prevista até 2030 e está subdividido em ações de curto prazo (2010-2014), de médio prazo (2015-2022) e de longo prazo (2023-2030).

Estes eixos, por si só, demandam uma série de providências a serem adotadas pelas Forças Armadas. Não obstante, a exequibilidade das diversas ações depende da oportuna alocação dos recursos orçamentários correspondentes. É importante enfatizar que de nada adiantarão estratégias, planos e projetos se não houver um compromisso do governo com a continuidade na alocação de recursos para a reestruturação pretendida. Projetos espetaculares, mas arquivados, não garantirão a defesa da Pátria!

De acordo com a Constituição Federal, são patrimônios da União os recursos naturais da Plataforma Continental e da Zona Econômica Exclusiva estabelecida pela CNUDM. Cabe à MB, no cumprimento de sua missão constitucional, “o esforço principal para a salvaguarda desses recursos, como também, no seu emprego em tempo de paz, exercer suas atribuições subsidiárias, dentre outras, mais especificamente, contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar” (BRASIL CF, 1988).

4.3 A END E O PODER NAVAL

Para o cumprimento das tarefas decorrentes, a MB tem empregado seus meios navais em ações de fiscalização e presença nas águas jurisdicionais brasileiras e no exterior, explorando as características básicas do poder naval: mobilidade, versatilidade, capacidade de permanência e flexibilidade. Os meios atualmente existentes não são suficientes para uma fiscalização adequada. Ademais, apesar das dificuldades, a MB sempre busca acompanhar o trânsito de navios na AJB. Tais tarefas têm sido conduzidas, porém, com uma eficácia aquém da necessária, em vista da exiguidade de recursos destinados ao preparo e ao aprestamento das forças militares nas últimas décadas (BRASIL DBM, 2004).

Agora, a END, em total consonância com os empreendimentos efetivados nos últimos anos, prevê que todas as atividades atinentes ao preparo, planejamento e emprego da força deverão ser permeados por um triplo imperativo: monitoramento/controle, presença e mobilidade. Esta tríade, que não é uma novidade para a Marinha Brasileira, se adequa perfeitamente às operações efetuadas pelas atuais forças de defesa brasileiras, durante as ações de patrulhas navais e aéreas no interior da Amazônia Azul.

Espera-se que os meios da MB e da Força Aérea Brasileira (FAB) sejam dotados das capacidades necessárias para realizar, em caráter constante e permanente, ações de presença nas AJB, com a mobilidade característica dos recursos navais e aéreos, aspectos que contribuirão para o monitoramento diuturno o qual será conduzido por um sistema em fase de concepção denominado Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz). O sistema inclui aeronaves, radares fixos e veículos aéreos não tripulados, e abrangerá alguns recursos já disponíveis, após a modernização de instalações e equipamentos de comunicações militares (ÖBERG, 2010).

Por outro lado, entre as quatro tarefas básicas do Poder Naval³⁵, duas estão diretamente relacionadas à garantia da soberania na Amazônia Azul, o controle de áreas marítimas e a negação do uso do mar, sendo esta última tarefa enfatizada na END, uma vez que o documento confirma a incorporação inicial de um submarino de propulsão nuclear ao inventário da MB, de acordo com o Plano de Articulação e de Equipamentos da Marinha do Brasil (PAEMB)³⁶. Este submarino, como meio de emprego estratégico, cumpre um papel fundamental naquela tarefa de negação do uso do mar, valendo ressaltar a sua vertente dissuasória. A força naval, no contexto da END, deverá dispor de pessoal, equipamentos e todos os meios para atuar na execução das seguintes capacidades: defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas; defesa pró-ativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e

35 As quatro tarefas básicas do Poder Naval são: (1) Controlar áreas marítimas; (2) Negar o uso do mar ao inimigo; (3) Projetar poder sobre terra; e (4) Contribuir para a dissuasão.

36 Plano de Articulação e de Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB), elaborado pelo Comando da Marinha, em consonância com a END, estabelece projetos e metas para o reaparelhamento, expansão e redistribuição de suas Organizações Militares e para o incremento e capacitação de seu efetivo, consoante com a sua missão.

das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras; resposta pronta a qualquer ameaça, pelo Estado ou pelas forças não convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio; e participação em operações internacionais de paz.

As quatro capacidades acima incluem em seu bojo uma gama enorme de necessidades, potencializam outras a serem aprimoradas e traz à baila uma série de hiatos a serem preenchidos em vários segmentos da sociedade, especialmente na área de Defesa, sendo importante destacar ou reiterar algumas digressões:

1) É prioritário para o Estado brasileiro a disponibilidade de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais aprestados e equipados qualitativa e quantitativamente para fazer frente às possíveis e indefinidas ameaças, incluindo os mais variados tipos de navios, desde os pequenos, mas importantes, como os Navios de Contra-Medidas de Minagem e Navios-Patrolha, até os mais complexos como os Navios-Aeródromos, para a adequada proteção e vigilância da Amazônia Azul;

2) Além de navios, a Força Naval não poderá prescindir de aeronaves de asa fixa e rotativas com capacidades de ataque, vigilância, busca e salvamento, alarme antecipado, guerra eletrônica e inúmeras outras características que complementam, de forma relevante, as operações e ações da guerra naval e, igualmente se fazem necessárias em operações internacionais de paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU);

3) As FFAA deverão dispor de efetivos bem preparados, motivados e em quantidade e qualidade suficientes para garantir os diversos meios que compõem seu inventário nas próximas décadas. Tais aspectos demandam a adequada manutenção e a implementação de centros de formação e de capacitação de excelência para que os nossos militares estejam preparados para responder adequada e profissionalmente às eventuais demandas da sociedade. O profissional militar deverá ser reconhecido e perceber, sempre, um salário digno e compatível com a sua atividade de risco, disponibilidade diuturna e dedicação exclusiva;

4) Apesar do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a última participação efetiva do Brasil, como ator principal em um conflito

bélico, remonta à Guerra do Paraguai³⁷. Assim, o povo brasileiro por não se sentir ameaçado ou por não constar em seus históricos familiares entes que tenham sucumbido ou participado em guerras, não possui uma mentalidade de defesa e não valoriza os militares de seu país. Este processo de ausência de reconhecimento do valor dos militares é catalisado pela postura antimilitar e revanchista de alguns políticos que sofrem até hoje, sem justificativas explícitas, as mágoas decorrentes de feridas ainda não cicatrizadas do chamado regime militar. Temas relacionados à Defesa Nacional foram incluídos recentemente na agenda do governo federal, porém estão longe de constituírem uma necessidade identificada pelo povo brasileiro, por intermédio de seus representantes no Congresso Nacional. O tema tem sido tratado sem a prioridade que merece apesar do empenho pessoal do então Ministro da Defesa Nelson Jobim.

5) As atividades desenvolvidas pela Autoridade Marítima, já comentadas neste trabalho, apesar de apresentarem uma conotação subsidiária, são de grande importância para o país e por poucos lembradas. Envolve a segurança do tráfego aquaviário em toda AJB, a prevenção da poluição hídrica e salvaguarda da vida humana no mar. A atuação da MB no recolhimento de corpos e destroços do vôo AF 442 (junho/2009) e no resgate, com vida, de todos os 65 tripulantes do veleiro canadense Concórdia, que naufragou a mais de 300 milhas do Rio de Janeiro (fevereiro/2010), são exemplos recentes do envolvimento da MB e da FAB em atividades reais de salvamento. Nesse contexto, vale a pena ressaltar que, com a descoberta e exploração, em futuro próximo, dos recursos da camada do pré-sal, acontecerá um aumento substancial no tráfego marítimo, sendo necessário, preventivamente, dotar a MB de maiores quantidades de recursos de pessoal e material para enfrentar esses crescentes desafios dos diversos representantes e agentes da Autoridade Marítima.

37 A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul. Ela foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta por Brasil, Argentina e Uruguai. A guerra se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870. É também chamada Guerra da Tríplice Aliança, na Argentina e Uruguai, e de Guerra Grande, no Paraguai.



Figura 11 - Militares da MB durante o resgate de destroços do avião AF 442, sinistrado em junho de 2009. Dezenas de meios navais foram mobilizadas

Fonte: Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>

6) A Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, responsável pela reestruturação do MD, estabeleceu, também, que as Forças Armadas, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, poderão atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, entre outras, no patrulhamento; revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e prisões em flagrante delito. Trata-se de uma demanda antiga, e sempre questionável, o envolvimento das FFAA em atividades “constabulares”³⁸. É fundamental ter em mente que a função constitucional e precípua das Forças Armadas (FFAA) é a defesa da Pátria, e o emprego dos militares em segurança pública apenas deverá ocorrer nas situações previstas em lei e em caráter eventual e episódico. Contudo, é significativo que as nossas forças se preparem para fazer frente às novas ameaças, especialmente, na fiscalização do mar territorial e ZEE, tendo em vista que podem atingir o nosso mar e colocar em risco os navios que por ele naveguem, sendo de interesse do Estado brasileiro a segurança das embarcações que cruzam a Amazônia Azul.

38 Constabular é um termo inexistente na língua portuguesa. Derivado do Inglês Constabulary, a tradução Constabular. Maiores detalhes verificar no livro: PROENÇA JR Domicio et AL. Guia de Estudo de Estratégias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

7) Por fim, deve-se ressaltar que a interação entre as FFAA, para o atingimento da desejada integração, esbarra em uma série de obstáculos a serem vencidos. As culturas das FFAA são distintas e os procedimentos, costumes e vocabulários também são diferentes. A cultura conjunta deve permear a formação e o dia a dia dos militares do século XXI. Contudo, é fundamental que esta nova cultura não iniba as tradições e culturas específicas da Marinha Brasileira, do Exército Brasileiro (EB) e da Força Aérea Brasileira (FAB), que não podem perder suas respectivas identidades como Forças Armadas.

Ao nos debruçarmos sobre todas as expectativas que a END traz para a nação brasileira, parte delas acima apresentadas, a percepção é de que há previsão de uma mudança de paradigma no Brasil. O país nos últimos anos tem deixado os assuntos de defesa em segundo plano, tornando o inventário de defesa do país incompatível com a sua dimensão estratégica. Com o surgimento da província do pré-sal, o Brasil assume prestígio no cenário internacional. As incorporações de meios e alterações previstas na END e os decorrentes planos de equipamento e articulação não podem ser associados a uma política de governo e, sim, a uma política de Estado. No quadro abaixo, a previsão de gastos com o plano de articulação da MB.

Plano de Equipamentos					
Meios	Distribuição				Total
	2010-2014	2015-2022	2023-2030	Após 2030	
Navais	6.549,94	22.556,06	22.516,96	12.992,33	64.615,29
Aeronavais	1.011,10	3.039,00	4.230,60	1.340,20	9.620,90
CFN	446,86	867,37	177,60	-	1.491,83
Munição	806,09	2.861,41	3.578,01	1.293,18	8.538,68
Apoio e SSTA	134,47	37,59	-	-	172,06
TOTAL	8.948,46	29.361,43	30.503,17	15.625,71	84.438,76

Quadro 5 - Fonte: ABINEE <<http://www.abinee.org.br/informac/arquivos/marin09.pdf>>

O custo total para o atendimento das necessidades da MB na moldura temporal de 2010 a 2030 é de US\$ 68.813.000.000,00 (cerca de sessenta e oito bilhões de dólares). Destaque-se que, no quadriênio 2010/2014, o total de investimentos previstos chega a US\$ 8,95 bilhões (PESCE, 2010).

De uma maneira geral, o processo de articulação e equipamento da MB inclui a aquisição dos seguintes meios de superfície, constando desta listagem alguns navios auxiliares, aeronaves, meios de fuzileiros navais e características específicas, armamentos e as modernizações dos elementos previstos: 15 submarinos convencionais (SBR) até 2037; 6 submarino de propulsão nuclear (SNBR) até 2047; 2 navios aeródromos até 2032; 4 navios de propósitos múltiplos (NPM) até 2028; 30 Navios de Escolta até 2034; 2 Navios de Socorro Submarino até 2020; 12 Navios-Patrolha Oceânicos de 1.800 toneladas e Navios-Patrolha de 500 toneladas até 2029; 5 Navios de apoio logístico até 2027; 8 navios-varredores (NV) até 2020 e 8 navios-caça-Minas (NCM) até 2025; e 4 navios de transporte e assalto até 2026.

Há, ainda, perspectivas de construção de um estaleiro e uma base de submarinos em Itaguaí (RJ) e a criação de uma 2ª Esquadra no Norte/Nordeste, próxima à foz do Rio Amazonas. Especialistas indicam que o local mais apropriado para a construção deste novo complexo naval seria em área situada no interior da Baía de São de Marcos no estado do Maranhão, contudo, a definição da localização da futura base naval ainda se encontra em análise técnica pela MB. Está prevista, também, a implantação da 2ª Divisão Anfíbia na mesma área, e, conseqüentemente, a instituição de inúmeras Organizações Militares com estruturas operativas e de apoio para permitir o funcionamento das duas novas forças navais e de fuzileiros navais que, a princípio, estão estabelecidas naquela importante e estratégica região do país (PESCE, 2010).

Outro aspecto digno de registro é a assinatura, em 23 de dezembro de 2008, de um acordo entre o Brasil e a França na área de construção e emprego de submarinos que projeta para a MB, a edificação de quatro unidades com propulsão convencional (SBR), derivadas da classe Scorpène, no estaleiro de Itaguaí, estrategicamente localizado próximo à Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP), empresa responsável pela construção das seções do casco resistente. O contrato prevê também o auxílio técnico no projeto do casco de um protótipo de submarino nuclear (SNBR), a ser prontificado, até 2020. É notório lembrar que o Brasil desenvolveu, de forma autóctone, o ciclo do combustível nuclear, o reator de água pressurizada e as máquinas de propulsão (MOURA NETO, 2010).

Neste ponto, o leitor pode avaliar as perspectivas do inventário da MB na segunda metade deste século, uma vez que já foram indicadas

as principais aquisições propostas para o Poder Naval no contexto do PAEMB. Não se pode deixar de comentar que este plano também apresentou ao MD outras demandas da Marinha Brasileira, como de navios de pesquisa, hidrográficos, rebocadores, veleiros, fluviais, navios-hospital, navios de instrução, helicópteros e aviões, inclusive de alarme aéreo antecipado, conhecidos como *Airborne Early Warning* (AEW), meios de fuzileiros navais, veículos aéreos não tripulados (VANT), enfim, um elenco de meios que, se adquiridos, inserirão o Brasil em posição de destaque no cenário internacional. A previsão geral, em médio e longo prazos, inclui um total de 282 navios e embarcações, além de 288 aeronaves e diversos tipos de armamento e munição.

Alguns analistas militares consideram o PAEMB apenas uma nova roupagem concedida ao Plano de Reaparelhamento da Marinha (PRM) e comentam que diversos PRM foram encaminhados pela MB ao Governo Federal, em várias ocasiões, sem surtir os efeitos desejados, sendo simplesmente engavetados sob a alegação da falta de recursos ou baixa prioridade, em relação aos problemas sociais. Tais especulações, em princípio, não possuem respaldo, tendo em vista toda a importância atribuída à END, no nível político, especialmente no MD. Em consonância com as orientações desse ministério, a MB realizou estudos para dimensionar a força naval que o Brasil necessitará, numa moldura temporal que ultrapassa 2030. Entretanto, nada garante que a totalidade das propostas exibidas venha a se converter em encomendas reais.

Portanto, em uma análise preliminar, as perspectivas não se mostram, de todo, promissoras. Em 2010, a situação ainda é a mesma, havendo comprometimento de recursos orçamentários para o custeio das forças. Há uma dicotomia, pois, com a aprovação da END, esperava-se uma mudança de postura do Governo Federal em relação aos assuntos da Defesa. Essa situação trouxe muitos desdobramentos negativos para as FFAA que têm suas guarnições passíveis de desmotivação e a exiguidade de recursos compromete seriamente o adestramento da Força Naval, bem como acarreta uma inadequada manutenção dos meios, o que é muito perigoso, pois pode levar à paulatina deterioração. Sempre é bom recordar que, em 2004, a Fragata *Dodsworth*³⁹ foi retirada de serviço,

39 Esta é uma das quatro Fragatas Tipo 22 adquiridas da Royal Navy, onde ostentava a designação HMS Brilliant. No Brasil, a nova classe de Fragatas foi denominada Greenhalgh. A segunda da classe foi a *Dodsworth* (F47), incorporada à MB em 30 de agosto de 1996, deu baixa em 11 de março de 2004.

notoriamente, por falta de alocação de recursos financeiros suficientes para a MB (LIMA FILHO, 2006).

Do orçamento destinado à Marinha para 2010, ficaram inicialmente contingenciados R\$ 3,1 bilhões, o que dificultou a liberação de R\$ 1,5 bilhão para a construção dos submarinos previstos em acordo recentemente assinado com a França (PESC, 2010). A pergunta que surge é: o Governo Federal atenderá às necessidades apresentadas, garantindo a continuidade dos recursos orçamentários para as inúmeras e complexas inovações? Difícil resposta, sendo importante que se envidem esforços em todos os segmentos do poder nacional, inclusive junto ao Congresso Nacional e à opinião pública para que a END e o PAEMB não se tornem apenas mais um grupo de documentos a serem arquivados, mas que gerem frutos positivos para o Brasil, como um verdadeiro Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) da Defesa Nacional.

CONCLUSÃO

A interação histórica e crescente entre o homem e o mar proporciona uma gama de possibilidades e oportunidades em todas as expressões do Poder Nacional. Em contrapartida, a descoberta e a exploração destas oportunidades trazem em seu bojo uma série de passivos decorrentes para os países em desenvolvimento, especialmente na área ambiental e no campo da defesa nacional. Portanto, devem ser estabelecidas políticas de prevenção de fiscalização para que a exploração do mar se desenvolva em consonância com os conceitos de soberania e sustentabilidade. Outro ponto a ressaltar é que quanto mais se possui, mais se deve despendar para proteger este patrimônio. Tal fato se aplica tanto ao homem quanto a um Estado soberano. É importante que fique bem claro que o cenário atual se caracteriza por uma acirrada disputa entre os atores das relações internacionais, principalmente por mercados e recursos naturais.

Diante dessa realidade, é válido ressaltar que nenhuma alteração geopolítica poderá modificar a relevância do mar para o futuro da humanidade. No caso específico do Brasil, a proteção do mar brasileiro deve ser especial, principalmente em virtude das expectativas advindas da novel bacia do pré-sal, que, além de possuir um elevado valor econômico, ocupa uma grande área, o que acarreta a necessidade de ser diuturnamente

acompanhada e monitorada. Para tal, o país deve dispor em seus inventários meios navais, aéreos e aeronavais, equipados com sensores e equipamentos compatíveis para o cumprimento desta tarefa e, quando necessário, ter capacidade de atuar na garantia da soberania nacional.

Dentro do que foi analisado no decorrer deste trabalho, pode-se assegurar que, no mundo atual, as potencialidades econômicas ganham dimensões cada vez mais relevantes, há a possibilidade de ocorrerem divergências e conflitos de interesses entre atores estatais ou não. Contudo, na medida em que os interesses de outros segmentos atores vierem a ser prejudicados, inclusive no cenário marítimo, existe a perspectiva de represálias ou pressões de agentes externos, podendo surgir conflitos, com consequências irreparáveis para a nação, se não forem evitados preventivamente ou respondidos de forma adequada e compatível com o prestígio e dimensões político-estratégicas do país.

Portanto, estando o Brasil inserido em um cenário de total imprevisibilidade, reitera-se a premente necessidade de se construir um Poder Naval em condições de dissuadir potenciais agressores, empregando a força naval como um instrumento diplomático para a solução pacífica de controvérsias.

Os aumentos nos patamares de investimentos para a aquisição de meios não podem ser descolados dos posteriores aprovisionamentos de recursos para o custeio das FFAA. De nada adianta adquirir meios modernos e no “estado da arte”, se não houver a constante alocação de recursos para o seu adequado emprego (adestramento) e sua correta manutenção.

Assim, após as análises realizadas, podem-se identificar os seguintes desafios relativos à defesa nacional, em sua interação com a Amazônia Azul:

a) ações junto ao Governo Federal e Congresso Nacional a fim de garantir a continuidade de recursos para a implementação das inúmeras ações decorrentes dos três eixos estruturantes da END;

b) garantia de recursos orçamentários contínuos para o custeio das FFAA a fim de evitar o processo de sucateamento decorrente da manutenção inadequada. O grande desafio é conquistar, a partir de 2011, um orçamento para defesa que seja impositivo, previsível e regular;

c) desenvolvimento de uma mentalidade nacionalista e de defesa, em todos os segmentos da sociedade, atribuindo-se importância e

prioridade aos temas relacionados à defesa nacional. É fundamental que seja trabalhada a ideia-força de que Defesa Nacional é interesse de toda a sociedade brasileira e não apenas dos militares;

d) consolidação de uma mentalidade marítima, de forma que a sociedade brasileira reconheça a importância da Amazônia Azul para o país e, conseqüentemente, a relevância de o Brasil dispor de meios e capacidades para preservá-la e protegê-la;

e) integração entre as três Forças Armadas no tocante à sua capacidade de conduzir operações conjuntas, aprimorando a interoperabilidade e otimizando o emprego de meios. Contudo, mantendo-se, sempre, a preocupação de não abalar a identidade e a tradição das três forças singulares;

f) desenvolvimento da indústria naval brasileira, de modo a construir uma Marinha Mercante nacional compatível com as potencialidades do país;

g) identificação de projetos cujo desenvolvimento em conjunto com Marinhas amigas seja possível e de interesse para o Brasil. Assim, poder-se-á incentivar a cooperação e as parcerias estratégicas na área de produção, manutenção e serviços atinentes à tecnologia naval, bem como aumentar a interação com as Marinhas de outros países, especialmente, sul-americanos, dentro do contexto do Conselho de Defesa Sul-Americano, fomentando uma crescente colaboração nas áreas de segurança e defesa, com a participação ativa do Brasil;

h) desenvolvimento de uma indústria de defesa brasileira, com o objetivo de reduzir a dependência externa no tocante à fabricação dos variados itens de uso militar, buscando-se a geração autônoma de tecnologia de defesa;

i) estabelecimento de políticas de valorização do profissional militar por intermédio de salários dignos e formação e capacitação adequadas, pois a insatisfação e a desmotivação da classe são fatores de desestabilização de uma nação democrática. Neste cenário, as FFAA deverão privilegiar a capacitação e o reconhecimento de seus talentos humanos, identificando o homem/mulher militar como um importante “patrimônio” da Defesa Nacional;

j) seleção do local mais apropriado para a Segunda Esquadra, priorizando os aspectos militares e estratégicos. O planejamento e execução das bases, centros de formação e instrução, instalações

operativas e de apoio às futuras forças navais que permanecerão estacionadas no novo complexo naval;

k) consolidação do processo de reestruturação da ESG como o mais importante instituto brasileiro de estudos e pesquisas sobre temas relacionados ao desenvolvimento nacional, especialmente política, estratégia, nacionalismo, maritimidade e defesa;

l) consolidação de todos os segmentos do poder nacional, especialmente o Congresso Nacional, do pensamento, a ser tratado como dogma, de que a missão precípua das Forças Armadas está relacionada à Defesa da Pátria, sendo as outras tarefas, apesar de também importantes, secundárias;

m) capacitação de alguns militares para desenvolverem as tarefas eventuais, episódicas e complementares consonantes com o poder de polícia conferido às FFAA pela Lei Complementar 136, de 25 de agosto de 2010. Neste diapasão, é fundamental realçar que os variados Agentes da Autoridade Marítima (MB) deverão receber treinamentos adequados, bem como os recursos orçamentários necessários para bem desempenharem as eventuais ações na área de segurança marítima.

n) manutenção, em elevada prioridade, do PROSUB e seus projetos correlatos, tendo em vista a relevância estratégica de se incluir o Brasil no seleto grupo de países possuidores de submarino com propulsão nuclear;

o) prioridade na alocação de recursos para a operacionalização do SisgAAz, bem como a sua integração com o SisFron e ao SisDACTA, de forma a permitir que a Amazônia Azul seja adequadamente controlada e monitorada, com a maior brevidade possível;

p) aprimoramento dos meios e mecanismos de prevenção, salvaguarda da vida humana no mar, fiscalização do tráfego aquaviário e do meio ambiente marinho, por meio da alocação de recursos suficientes para a capacitação de novos profissionais, e, principalmente, a disposição e a manutenção de toda a infraestrutura necessária para monitorar e controlar as AJB e agir prontamente, no caso de acidentes marítimos ou ambientais, dentro da esfera de responsabilidade da Autoridade Marítima; e

q) estímulo para a cooperação contínua com outros órgãos públicos, tais como, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), Polícia Federal, Polícias Militares, Ministério da Pesca e Aquicultura e

Secretaria Especial de Portos. Só com a cooperação entre os segmentos do Poder Nacional, será viável garantir a lei e a ordem no mar de uma forma eficaz.

O século XXI poderá marcar uma nova era para o nosso país, pois as perspectivas são boas tanto no campo econômico como no das relações internacionais, mesmo com os problemas internos que o país enfrenta nas áreas de segurança interna e de gestão de recursos públicos, os quais fogem ao escopo deste trabalho. O Brasil deverá contar com forças militares que tenham credibilidade, não apenas por suas dimensões adequadas e seu aprestamento, mas, principalmente, por sua capacidade de operá-las e pelo firme propósito de empregá-las, se necessário for.

Os desafios identificados estão em total consonância com a END e deverão servir como mais um conjunto de subsídios para reflexões sobre este relevante tema, bem como contribuir para a formulação de políticas, programas ou ações. É crucial que o país disponha nas próximas décadas de um aparato de defesa que possa garantir a soberania do Brasil no mar, a defesa de seus interesses na Amazônia Azul, dissuadindo potenciais ameaças, antes que seja tarde demais.

Toda riqueza acaba por tornar-se objeto de cobiça, impondo ao detentor o ônus da proteção. Tratando-se de recursos naturais, a questão adquire conotações de soberania nacional, envolvendo políticas adequadas, que não se limitam, mas incluem, necessariamente, a defesa daqueles recursos. (Palavras do Almirante Roberto de Guimarães Carvalho - Comandante da Marinha 2003-2007).

REFERÊNCIAS

BARBOSA JÚNIOR, Ilques. *A importância do Atlântico Sul para a segurança nacional e a integração regional*. 2007. Trabalho de Conclusão do Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2007, 53 f.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

_____. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF. 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

_____. Decreto nº 6.107, de 2 de maio de 2007. Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 3.939, de 26 de setembro de 2001, que dispõe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 13 maio 2010.

_____. Ministério da Defesa. Comando da Marinha. Estado-Maior da Armada. *Doutrina Básica da Marinha*. Brasília, DF, 2004.

_____. *A Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília/DF, 2008. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 20 de jun. de 2010.

_____. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 30 de jul. de 2010.

_____. Comando da Marinha. Serviço de Relações Públicas da Marinha. Amazônia Azul: Patrimônio Brasileiro no Mar. **NOMAR**, Brasília, DF, v. 41, p. 8, dez. 2005.

_____. Comando da Marinha, 2010. Secretaria da Comissão Interministerial sobre os Recursos do Mar (SECIRM). Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/secirm>>. Acesso em: 25 de maio de 2010.

_____. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/dai/ibas.htm>>. Acesso em: 09 de jul. de 2010.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. IBAMA. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 22 de jun. de 2010.

CAROLI, Luis Henrique. *A importância estratégica do mar para o Brasil no século XXI*. 2008. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2008.

CASTRO NETO, Alberto Correa et al. Em Defesa da Amazônia Azul. *Revista do Clube Naval*, Rio de Janeiro, n. 345, p. 20-24, jan.-mar. 2008.

EMBRATUR. Portal do Ministério do Turismo. 2010. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/turismo>>. Acesso em: 15 de jun. de 2010.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). *Manual para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso*: Monografia. Rio de Jan., 2010. 96 p.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). *Manual básico*. Elementos Fundamentais. Rio de Janeiro, 2009.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. (Brasil). *Histórico e missão*. Disponível em: <<http://www.esg.br>>. Acesso em: 18 de ago. de 2010.

GÓES, Guilherme Sandoval. Geopolítica e pós-modernidade. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 48, p. 95-126, jul./dez. 2007.

GREGOLIN, Altemir. Importância da Aquicultura e Pesca no Brasil. In: CONGRESSO DE PEIXES NATIVOS EM DOURADOS. 2007, Brasília, DF. *Palestra*, Brasília, DF: Secretaria de Aquicultura e Pesca, 2007.

HAGE, José A. Altahyde. *Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás*. Ed. Juruá: 2007. 222 p.

HAZIN, Fábio Hissa Vieira. O Atlântico Sul: cenário de oportunidades/recursos vivos. *Cadernos de Estudos Estratégicos*, Rio de Janeiro, n.6, p. 127-142, mar. 2007.

JOBIM, Néelson. A Defesa na Agenda Nacional: O Plano Estratégico de Defesa. *Revista Interesse Nacional*, São Paulo, ano 1, n. 2, jul./set. 2008. Disponível em: <<http://www.interessenacional.com>>. Acesso em: 12 jul. 2010.

JORGE, Júlio Saboya de Araújo. *Aula inaugural*. Rio de Janeiro: EGN, 2008. Proferida em 29 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www.egn.mar.mil.br/eventos/ocorridos/2008/aula2008.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

LIMA FILHO, Wilson Pereira de. A Amazônia Azul e a importância do poder naval brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 6., 2006,. Rio de Janeiro, *Palestra*, Rio de Janeiro: ESG, 2006.

LIMA, Haroldo Rodrigues Borges de. *Os novos desafios da política petrolífera brasileira*. Palestra proferida para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, em 10 de julho. Rio de Janeiro: ESG, 2008.

LOPEZ, Ernesto Justo et al. Novas ameaças: dimensões e perspectivas. São Paulo: Sicurezza, 2003.

MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power upon History 1660 – 1783*. Boston: Little, Brown and Company, 1949. 557 p.

MARTINS, Luiz R. Nódulos polimetálicos e outros depósitos de mar profundo. *Revista Gravel/UFRGS*, Porto Alegre, v. 4, n.1, p. 125-131, dez. 2006.

MONTFORT Associação Cultural. *FARC treina Movimento Sem Terra*. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br>>. Acesso em: 16 de set. de 2010.

MOREIRA, José Benedito de Barros. A nova geopolítica mundial e seus reflexos para o Brasil. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 48, p. 7-22, jul./dez. 2007.

MOURA NETO, Júlio Soares. *Aula para os Cursos de Altos Estudos Militares*: CAEPE, CPEM, CPEAEx, CPEA. Rio de Janeiro: ECEMER, 2010.

NOTÍCIAS. 2010. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/mundo>>. Acesso em: 15 de ago. de 2010.

ÖBERG, Elis Treidler. Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA OPERACIONAL E LOGÍSTICA DA MARINHA, 2006, Rio de Janeiro. *Palestra*. Rio de Janeiro: EGN, 2010.

ORTIZ NETO, José Benedito. A Petrobras e a exploração de petróleo offshore no Brasil: um Approach Evolucionário. *Revista Brasileira de Economia*, v. 61, n.1, p. 95-109, jan./mar. 2007.

PELLEGRINO, Carlos Roberto. *Da guerra marítima e o direito internacional*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1989. 466p.

PEREIRA, João Eduardo de Alves. *Geopolítica do petróleo e gás natural nas primeiras décadas do século XXI*. Rio de Janeiro: ESG, 2009.

_____. *Geopolítica, segurança jurídica e inserção do Brasil na questão energética internacional*. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

PESCE, Eduardo Ítalo. Plano de Equipamento e Articulação da marinha do Brasil 2010-2030: Perspectivas. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v.130, n.04/06, p.73-88, abr./jun. 2010.

SANTOS, Rafael Silva dos. Patrulha Naval: contribuindo para a manutenção da soberania nas Águas Jurisdicionais Brasileiras. *Revista Passadiço*, Rio de Janeiro, ano 20, n. 27, p. 24-27, 2007.

_____. *O Mar no espaço geográfico brasileiro*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. As novas ameaças e a Marinha do Brasil. *Revista da Escola de Guerra Naval*. Rio de Janeiro, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.egn.mar.mil.br/revistaEgn/junho2006/05-novasAmeacas.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2010.

STRATEGIC FORECASTING, INC. U.S.: The Return of the 4th Fleet. Disponível em: <<http://www.stratfor.com>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

TILL, Geoffrey. Poder Marítimo: Questões Relevantes e Desafios. *Revista da Escola de Guerra Naval*. Rio de Janeiro, jun. 2006. Disponível em <<http://www.egn.mar.mil.br/revistaEgn/junho2006/04-poderMaritimo.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Tempo Presente*. Disponível em: <<http://tempopresente.org/index>>. Acesso em: 10 de agosto de 2010.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira et al. *Amazônia Azul: o mar que nos pertence*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

WILLIAMSBURG, 1995. The 1995 Defense Ministerial of the Americas. Disponível em <<http://www.summit-americas.org/Williamsburg-spanish.htm>>. Acesso em: 21 de ago. de 2010.

ZAKARIA, Fareed. *O mundo pós-americano*. Lisboa: Gradiva, 2008.